



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

A importância da análise financeira nas IPSS: Análise de um caso prático

António Alberto Dias Pereira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Gestão de Unidades de Saúde
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Zélia Serrasqueiro

Covilhã, Maio de 2014

Dedicatória

Dedico este trabalho às pessoas a quem devo a minha vida, os meus pais, pelo seu amor incondicional e à minha futura esposa por todo o apoio e incentivo que me deu ao longo de todo este caminho.

Agradecimentos

Um obrigado especial,

À Professora Doutora Zélia Serrasqueiro, minha orientadora, a quem agradeço toda a disponibilidade, dedicação e apoio à realização deste trabalho.

Ao Dr. José Dias Gabriel, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Resende, por toda a boa vontade, disponibilidade e por ter acedido ao pedido para cedência dos dados necessários a realização deste trabalho.

A Instituição Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende.

Aos meus pais, por todo o apoio e amor.

A Catarina Lucas, minha noiva, por todo o amor e carinho, por acreditar em mim e me incentivar mesmo quando a vontade de desistir era maior.

Resumo

A conjuntura económica a nível nacional é de grande incerteza e instabilidade onde cada vez mais há pessoas carenciadas e desempregadas a necessitar de auxílio.

Esta é uma situação que faz com que mais pessoas recorram a instituições particulares de solidariedade social e, particularmente a Santas Casas da Misericórdia para pedir ajuda.

Assim analisou-se uma destas instituições, a Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende a nível financeiro, que apresenta alguma dificuldade de solver as suas dívidas de curto prazo, mas que em contraponto não apresenta passivo de longo prazo.

Sempre com o seu compromisso, como guia norteado, os gestores desta Santa Casa da Misericórdia conseguiram, embora com dificuldades, investir e abrir novas valências como forma de dar resposta às necessidades da população que servem, assim como manter algumas valências que, embora influenciem negativamente o desempenho geral da instituição são consideradas essenciais para os Resendenses.

Desta forma, proporcionaram a expansão da instituição, a criação de postos de trabalho, e o equilíbrio financeiro da instituição.

Palavras-chave: Análise Financeira, Instituição Particulares de Solidariedade Social, Santa Casa da Misericórdia de Resende.

Abstract

The economical conjuncture at a national level is at the moment of great uncertainty and instability, where the number of unemployed and deprived people needing help keeps rising.

This is a situation that makes more people to require help to private institutions of social solidarity, particularly the Santas Casas da Misericórdia.

Therefore an analysis of one of these institutions was made, the Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende, on a financial level, which presents some difficulty of solving their debts on short term, but does not present long term liabilities.

Always with their compromise as guide, the managers of this Santa Casa da Misericórdia have managed, although with difficulties, to invest and open new valences responding to the needs of the population they serve, and to maintain some valences that despite have a negative influence on the general performance of the institution, are considered essential to Resende's population.

In this way, they have accomplished the expansion of the institution, the creation of jobs and the financial balance of the institution.

Keywords: Financial Analysis, Private Institutions of Social Solidarity, Santa Casa da Misericórdia de Resende.

Índice

1	Introdução	1
2	Fundamentação teórica	4
2.1	Enquadramento teórico	4
2.2	Caracterização das Instituições sem fins lucrativos: O caso particular das Santa Casas da Misericórdia na prestação de cuidados de Saúde	4
2.3	A importância da análise financeira para analisar a situação económico-financeira das organizações	5
2.4	Método dos rácios: técnica base de análise financeira	9
2.4.1	Equilíbrio financeiro	9
	Equilíbrio financeiro curto prazo	9
	Equilíbrio financeiro médio/longo prazo	9
2.4.2	Rácios	9
2.4.2.1	Rácios de liquidez	11
	Liquidez geral	11
	Liquidez reduzida	12
	Liquidez imediata	13
2.4.2.2	Rácios de funcionamento	13
	Prazo médio de recebimentos	13
	Prazo médio de pagamentos	14
2.4.2.3	Solvabilidade	14
2.4.2.4	Endividamento	15
2.4.2.5	Peso do endividamento a longo prazo	16
2.4.2.6	Cobertura dos encargos financeiros	16
2.4.2.7	Rácios de rendibilidade	17
	Rendibilidade dos capitais próprios	17
	Rendibilidade do activo total	17
	Rendibilidade operacional das vendas	18
	Rendibilidade líquida das vendas	18
3	Metodologia de investigação	19
3.1	Questões de investigação	20
3.2	Unidade de análise/estudo e caso	20
3.3	Instrumentos de colheita de dados (documentos)	20
3.4	Variáveis	21
4	Santa Casa da Misericórdia de Resende	23
5	Análise Financeira da Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende	27
5.1	Metodologia utilizada na análise financeira	27
5.2	Apresentação/discussão dos resultados	28

5.2.1 Análise do equilíbrio financeiro de curto prazo	33
Liquidez geral	33
Liquidez geral, reduzida e imediata	34
Prazo médio de recebimentos	36
Prazo médio de pagamentos	37
5.2.2 Análise do equilíbrio financeiro a médio/longo prazo	39
Solvabilidade	39
Endividamento	40
Cobertura dos encargos financeiros	41
Peso do endividamento a longo prazo	42
5.2.3 Análise de indicadores de performance financeira	42
Rendibilidade dos Capitais próprios	42
5.2.4 Análise dos resultados por valência	44
5.3 Síntese dos resultados	47
6 Considerações finais	48
7 Referências bibliográficas	50
Anexos	52
Anexo 1: Balanço e Demonstração de Resultados do ano de 2009	53
Anexo 2: Balanço e Demonstração de Resultados do ano de 2010	59
Anexo 3: Balanço e Demonstração de Resultados do ano de 2011	65
Anexo 4: Balanço e Demonstração de Resultados do ano de 2012	71
Anexo 5: Autorização para a realização do estudo	76

Índice de Figuras

Figura 1 - Tarefas da gestão financeira

7

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Gráfico dos Activos da Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende no período 2009 - 2012	30
Gráfico 2 - Gráfico dos Passivos e Capital Próprio da Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende no período 2009 - 2012	32
Gráfico 3 - Gráfico da liquidez geral	34
Gráfico 4 - Gráfico da liquidez geral, reduzida e imediata	35
Gráfico 5 - Prazo médio de recebimentos	36
Gráfico 6 - Prazo médio de pagamentos	38
Gráfico 7 - Solvabilidade	39
Gráfico 8 - Endividamento	40
Gráfico 9 - Cobertura dos encargos financeiros	41
Gráfico 10 - Rendibilidade	43

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Tabela do Activo da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Resende no período 2009 - 2012	29
Tabela 2 - Tabela do Passivo e Capital Próprio da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Resende no período 2009 - 2012	31
Tabela 3 - Tabela da liquidez geral da Instituição no período em análise	33
Tabela 4 - Tabela da liquidez geral, reduzida e imediata	35
Tabela 5 - Prazo médio de recebimentos	36
Tabela 6 - Prazo médio de pagamentos de acordo com os dados retirados do relatório de contas	37
Tabela 7 - Prazo médio de pagamentos	38
Tabela 8 - Solvabilidade	39
Tabela 9 - Endividamento	40
Tabela 10 - Cobertura dos encargos financeiros	41
Tabela 11 - Rendibilidade	43
Tabela 12 - Tabela dos resultados por valência da Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende no período 2009 - 2012	45
Tabela 13 - Tabela do contributo por valência para o resultado líquido do ano no período 2009 - 2012	46

Lista de Siglas e Abreviaturas

CMR	Câmara Municipal de Resende
GMS	Grupo Misericórdias Saúde
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCDE	Organisation for Economic Co-Operation and Development
OMS	Organização Mundial da Saúde
UBI	Universidade da Beira Interior
UMP	União das Misericórdias Portuguesas

1 Introdução

Para iniciar este trabalho, gostaríamos de referir a importância da solidariedade, esse gesto caloroso em que o indivíduo se dá ao próximo, entrega um pouco de si, dá o que tem. Independentemente da forma, a dádiva será sempre um verdadeiro acto de humanidade (Valga, 2010). É neste sentido que optamos por um tópico de investigação relacionado com o sector social da saúde. A unidade de análise do corrente estudo insere-se nas IPSS (instituições particulares de solidariedade social) que podem ser caracterizadas, como sendo instituições de iniciativa privada, que fornecem serviços, nomeadamente no âmbito da saúde, vislumbrando melhorar a qualidade de vida em sociedade, podendo existir trabalho voluntário e que não remuneram os detentores de capital (Valga, 2010).

As Misericórdias nasceram do preceito cristão da caridade, expresso nas catorze obras de bem-fazer. O espírito de misericórdia converte-se em acção organizada, à maneira das instituições medievais, pela primeira vez em Florença, no ano de 1244, por iniciativa de S. Pedro Mártir. A ideia, chega a Lisboa nos tempos de D. João II, como um benéfico efeito colateral das relações comerciais entre as duas cidades, inspirando a rainha D. Leonor a fundar uma Casa da Misericórdia, a primeira do reino de Portugal. Actualmente, existem duas organizações onde se reúnem as Santas Casas da Misericórdia de todo o mundo e das quais também faz parte, enquanto entidade fundadora, a UMP: a União Europeia das Misericórdias e a Confederação Internacional das Misericórdias, (União das Misericórdias Portuguesas).

De acordo com dados do INE (2012), o concelho de Resende, terra onde está sediada a instituição em análise, a população é bastante envelhecida. A população que ainda é activa, desenvolve as suas actividades maioritariamente no sector primário (agricultura de subsistência) e no sector terciário tendo das médias salariais mais baixas da zona Norte. No sector terciário há duas entidades empregadores que se destacam quanto ao número de postos de trabalho criados que são a Camara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia de Resende.

Este estudo vai ser realizado com base nos documentos contabilístico-financeiros cedidos pela Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende, instituição que tem apresentado grande crescimento nos últimos anos a nível de postos de trabalho estáveis criados, bem como a nível de serviços prestados à comunidade em geral.

Vive-se um período em que os recursos disponíveis dos governos e também das IPSS escasseiam. Também a competitividade e a pressão exercida no sector da saúde são cada vez maiores. Esta situação faz com que os administradores e gestores procurem auxílio para a sua gestão, na intenção de reduzir os custos e aumentar a eficiência das organizações que gerem (Souza et al., s.d).

Nesse contexto, a análise financeira tem como objectivo principal colher e tratar informações para assim fornecer uma avaliação global, sobre a posição actual e futura de uma organização (Santos, 1994) e (Souza et al., s.d). Neves (2012), afirma que há diferentes técnicas utilizadas para realização da análise financeira, nomeadamente aquela que se baseia em indicadores/rácios. Estes ao darem informação e conhecimento são elementos fundamentais para a comunicação e a tomada de decisão nas organizações (Angeloni, 2003).

Nas organizações é necessário tomar decisões com vista à sustentabilidade económico-financeira e ao seu desenvolvimento. Grande parte destas decisões carece de um rigoroso conhecimento da estrutura de custos reais da organização (Pereira e Franco, 2001).

As organizações de saúde não são excepção, pese embora as particularidades que lhes assistam, desde logo o seu carácter multiproduto ou a natureza das actividades que desenvolvem (Costa e Lopes, 2004). Assim a análise-financeira assume uma posição reforçada pois a informação que transmite é de grande importância para a gestão das instituições.

Foi feita uma pesquisa bibliográfica a nível nacional e internacional, não tendo sido encontrados muitos estudos sobre a temática em estudo em Portugal. Há alguns estudos a nível internacional, mas temos de ter em atenção as especificidades dos sistemas de saúde de cada país.

Como já foi referido vive-se hoje no nosso país um período muito difícil, passando por mudanças, pelo que todos os intervenientes, aos mais variados níveis, se quiserem “sobreviver” precisam de ter a capacidade de gestão dos seus escassos recursos e de se adaptarem à nova realidade que viveremos daqui em diante.

Assim, com a realização desta investigação subordinada ao tema “A Importância da análise financeira nas IPSS: Análise de um caso prático”, pretende-se mostrar a importância da análise financeira e a forma como esta pode contribuir para a gestão de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). ¹

Os objectivos do presente trabalho apresentam-se em seguida:

- Analisar a situação económico-financeira de uma IPSS na sua globalidade;
- Analisar se a Instituição objecto de estudo apresenta equilíbrio financeiro;

¹ Durante todo o trabalho, o nome da instituição em análise vai ser referido várias vezes para facilitar percepção e compreensão do estudo. Os resultados obtidos servirão apenas para obtenção do grau de mestre em gestão de unidades de saúde, tendo o autor deste trabalho, assumido o compromisso de não publicar os mesmos.

- Apresentar algumas sugestões (se necessário) para melhoria futura da situação económico-financeira da instituição.

Relativamente à estruturação do trabalho optou-se por, inicialmente, se fazer uma abordagem teórica, onde serão definidos e abordados os temas necessários para facilitar e melhorar a compreensão da temática em estudo.

Posteriormente, é feita uma descrição da metodologia utilizada na concretização do trabalho.

De seguida passa-se a fazer uma breve caracterização da Instituição em análise, apresentando-se um pouco da sua história. Finda esta, passa-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos no estudo empírico realizado.

Por último, serão apresentadas algumas considerações finais, consideradas pertinentes de acordo com os objectivos anteriormente enumerados e os resultados obtidos.

2 Fundamentação teórica

2.1 Enquadramento teórico

É num período de grande incerteza e grandes dificuldades económicas que se encontra o nosso país actualmente. Por norma estes são períodos de grandes oportunidades, mas, também são ocasiões em que mais pessoas precisam de todo o tipo de solidariedade e de apoio. Neste contexto, e reconhecendo a importância que assumem as IPSS, vamos estudar o caso particular de uma IPSS com responsabilidades no sector social da saúde, apesar de não haver estudos significativos em Portugal sobre estas instituições (Valga, 2010).

2.2 Caracterização das Instituições sem fins lucrativos: o caso particular das Santas Casas da Misericórdia na prestação de cuidados de Saúde

As IPSS, são instituições sem fins lucrativos que se inserem no sector normalmente designado por sector social da saúde, terceiro sector ou sector não lucrativo (Valga, 2010).

Segundo Weisbrod citado por Valga (2010), no sector social da saúde incluem-se as organizações em que não há apropriação do excedente gerado, existindo um património pessoal, a favor de um determinado fim ou missão.

Já na Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de Abril de 1976, podemos encontrar referência no artigo 82º, à coexistência de três sectores, um dos quais se refere ao sector cooperativo e social.

A OCDE (2003), define este sector como um sector entre o estado e o mercado, promotor de missões económicas e sociais, que prossegue o interesse público e cujo objectivo final não é a distribuição de lucros.

As instituições privadas sem fins lucrativos surgem a partir de iniciativas privadas sob o objectivo de fornecerem serviços, nomeadamente na área da saúde, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da sociedade, onde pode existir trabalho voluntário. Com a Constituição da República Portuguesa de 1976, passaram a ser designadas por IPSS (Segurança Social, 2012).

Segundo Valga (2010), as IPSS podem assumir três formas jurídicas distintas: Associações, Fundações ou Irmandades da Misericórdia (constituídas na ordem jurídica canónica) que é o caso da instituição que será analisada. Segundo a listagem disponibilizada na página *web* da

segurança social, existem em Portugal 5071 IPSS, muitas das quais prestadoras de cuidados de saúde. De acordo com os dados recolhidos em 6 de Junho de 2012, na página da *web* do Grupo de Misericórdias de Saúde, existiam em Portugal 400 Misericórdias.

A Santa Casa da Misericórdia existe há cerca de 500 anos, tendo alargado a sua influência ao longo dos séculos não só pelo nosso país, mas por todo o mundo (GMS, 2012). Desde a sua origem sempre esteve vocacionada para a assistência aos pobres e a sua assistência clínica, começando assim a sua colaboração na prestação de cuidados de saúde já presente no compromisso de 1516 (GMS, 2012). Até a nacionalização que ocorreu em Portugal no ano de 1974, existiram Hospitais das Santas Casa da Misericórdia por todo o nosso país. Após duas décadas de interregno, com a devolução dos edifícios, relançou-se a colaboração das misericórdias no sector da saúde (GMS, 2012).

O Grupo Misericórdias Saúde, surgiu em 2003 pela mão do secretário-geral da União das Misericórdias Portuguesas, após o alargamento da intervenção no sector. Actualmente, e de acordo com a página da *web* do Grupo Misericórdias Saúde, estas instituições têm participado em colaboração com os cuidados hospitalares, cuidados continuados, cuidados de saúde mental, meios complementares de diagnóstico e terapêutica e farmácias e aguardam a abertura da possibilidade de colaboração com os cuidados de saúde primários (GMS, 2012).

Para as Misericórdias, instituições sem fins lucrativos e normalmente com recursos limitados é muito importante ter disponíveis dados, informações e conhecimentos (Angeloni, 2003). Pelo que a análise financeira desempenha um papel preponderante ao fornecer os dados necessários para uma melhor gestão dos recursos.

2.3 A importância da análise financeira para analisar a situação-económico- financeira das organizações

Para o gestor financeiro, as actividades desenvolvidas, numa organização, empresa ou instituição resumem-se num fluxo de entrada e saída de fundos, que deve ser mantido equilibrado, sendo como os dois pratos de uma balança (Neves, 1996 e 2012).

Assim, nesta abordagem consideram-se os fluxos monetários da empresa que envolvem uma preocupação básica para qualquer período temporal:

Entradas + Saldo Inicial Saídas previstas + Saldo Final desejado

(Neves, 1996 e 2012)

Esta regra pode ser simplificada em outra que tem carácter primordial que se pode identificar com o conceito de rendibilidade. Para que a “fórmula” anterior se verifique a médio prazo é forçoso que:

Entradas Previstas Saídas previstas

(Neves, 1996)

Ainda, segundo Neves (1996 e 2012), historicamente a função financeira era resumida e definida com o papel de tesoureiro da empresa, ou seja, consistia em efectuar pagamentos e recebimentos resultantes da actividade da organização. Já as suas preocupações resumiam-se a:

- Manter um saldo que permitisse o normal funcionamento da empresa;
- Cobrar rapidamente as dívidas dos clientes;
- Escalonar o pagamento a fornecedores.

Rapidamente estas tarefas foram ampliadas, surgindo, então, a noção tradicional da preocupação com as decisões de financiamento, ou seja, a recolha atempada e ao menor custo dos fundos que possibilitam o financiamento necessário ao funcionamento da organização (Neves, 2012). Ou seja, o gestor financeiro passa a assumir um papel mais activo na gestão da empresa e ganha competências que excedem o campo restrito das decisões financeiras. Como tal, às preocupações atrás descritas acresce:

- Selecção das fontes de financiamento.

Esta deve atender a critérios, relacionados com os objectivos da rendibilidade e de equilíbrio financeiro (Neves, 2012).

À concepção tradicional, foram gradualmente, sendo acrescentados novos elementos chegando-se á chamada gestão financeira moderna. As novas tarefas, estão relacionadas com aspectos predominantemente económicos, passando a ser da responsabilidade da área financeira a “*análise e o controlo da rendibilidade previsional e das aplicações de fundos*” (Neves, 2012; pág. 28 e 29).

Mais concretamente, esta alteração traduz-se na participação do gestor financeiro nas decisões de investimento. Segundo Neves (1996), a gestão financeira moderna engloba:

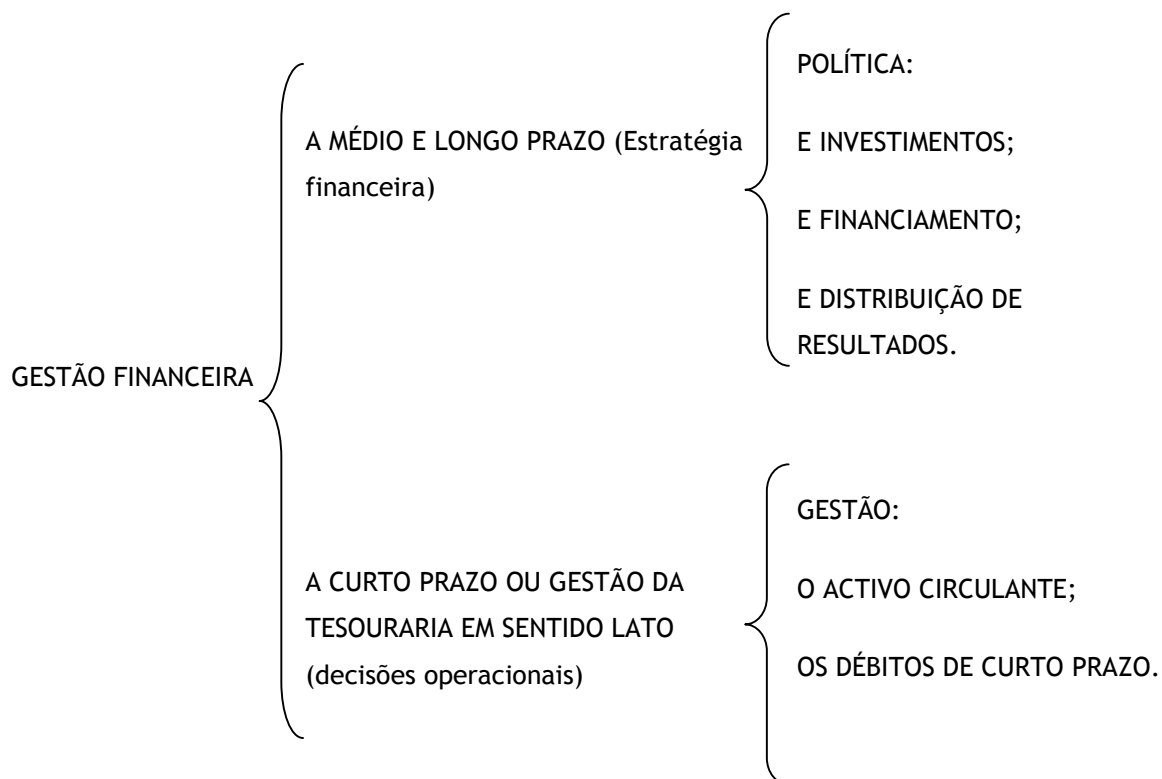


Fig.1 - Tarefas da gestão Financeira, Fonte: (Neves, 1996)

O objectivo da teoria financeira é tipicamente apresentado pela maximização do lucro, porém foi substituído pelo da “*Maximização do valor para os sócios/accionistas*” (Neves, 2012 pág. 34), pois o primeiro era relevante para uma disciplina que se preocupa principalmente com os fluxos de caixa (Neves, 2012). Ainda segundo o mesmo autor esta ultima designação não é suficientemente geral, pelo que para o autor é mais ajustado usar a expressão “*Maximização do valor da empresa*”. Porém este princípio de maximização do valor da empresa é posto em causa pela necessidade de compatibilização com vários interesses que confluem na empresa normalmente designados de *STAKEHOLDERS*, e pelo princípio da racionalidade limitada que defende que as pessoas tomam decisões racionais apenas em relação aos aspectos da situação que conseguem interpretar. Assim passou a definir-se como objectivo da gestão e da função financeira “**A CRIAÇÃO DE VALOR**” (Neves, 2012).

De acordo com Neves (1996 e 2012), a análise financeira, permite uma apreciação crítica dos objectivos da função financeira. Assim, a análise financeira proporciona verificar se uma organização tem ou não criado valor para os seus accionistas, quer seja numa análise retrospectiva ou prospectiva. Portanto, a análise financeira, deve explicar as razões que levam ou levaram numa dada situação à criação ou não de riqueza. Deste modo a análise financeira contribui para a orientação estratégica da organização.

Peters e Waterman citados por Neves (1996 e 2012), após uma investigação que fizeram na década de 80, definiram algumas características para a base de uma performance superior:

- Prioridade à acção;
- Primazia ao cliente;
- Autonomia, criatividade e inovação;
- Produtividade pela motivação pessoal;
- Partilha dos valores chave;
- Dedicam-se ao que sabem fazer bem;
- Estrutura simples e leve;
- Conciliam flexibilidade e rigor.

Peters e Waterman cit *in* Neves (1996 e 2012)

Nenhum daqueles princípios é de carácter financeiro, pois a situação económico-financeira é o resultado de toda a estratégia desenvolvida, da vantagem competitiva em que se baseia e da percepção que os clientes têm dessas mesmas vantagens (Neves, 1996 e 2012). Ao mesmo tempo a situação económico-financeira funciona para a gestão e planeamento estratégico como uma condicionante. Ou seja, a função financeira da empresa, quando mal desempenhada, pode motivar o insucesso, no entanto quando bem gerida não explica por si só o sucesso.

Neves (1996 e 2012), refere que a maioria das análises financeiras, infelizmente, são normalmente, em exclusivo, aos aspectos financeiros. O que leva a estudos que não cumprem os objectivos, pois, uma análise financeira é mais do que o simples exame da situação actual, visa a detecção de uma tendência ou melhor o delinear das perspectivas futuras da empresa que são melhor explicadas através de variáveis extra-financeiras.

“Assim, a posição competitiva deve ser o ponto de partida da análise financeira, implicando que quem faz a análise, conheça bem as vantagens competitivas da empresa” Neves (1996).

2.4 Método dos rácios: técnica base da análise financeira

2.4.1 Equilíbrio financeiro

Para Neves (2012), equilíbrio financeiro é uma forma de analisar a estrutura financeira de uma organização. Este conceito é usado para estudar a adequação do financiamento à estratégia de investimento. Assim, o equilíbrio financeiro consegue-se com uma correcta harmonização entre os tempos de transformação dos activos em dinheiro e o ritmo de transformação das dívidas em passivo (Neves, 2012).

Já Fernandes *et al.* (2012) definem equilíbrio financeiro num sentido lato, como sendo a harmonização entre as origens e as aplicações financeiras, numa perspectiva temporal, que se reflecte na capacidade da empresa em solver os seus compromissos, quer a curto, quer a médio e longo prazo.

Assim, aquando da análise do equilíbrio financeiro de uma empresa teremos de ter em conta o aspecto temporal, podendo este ser dividido em dois períodos sendo eles, curto prazo e médio/longo prazo.

Equilíbrio Financeiro Curto prazo

O equilíbrio financeiro a curto prazo traduz-se, na correcta adequação entre a liquidibilidade dos elementos do activo e a exigibilidade das dívidas de curto prazo (Menezes, 2001).

Equilíbrio Financeiro Médio/Longo prazo

É fundamental avaliar a capacidade de uma empresa em solver os seus compromissos a médio/longo prazo, e também perceber a origem dos capitais com que esta se financia (Neves, 2012). Assim é de igual importância que seja feita uma análise temporal mais alargada (médio/longo prazo) que permita verificar a capacidade da empresa para manter as condições para o seu normal funcionamento e a sua sustentabilidade futura (Menezes, 2001).

2.4.2 Rácios

Para que o gestor/analista possa avaliar a situação económico/financeira de uma empresa, torna-se necessário recorrer a um conjunto de indicadores. Estes podem assumir diversas formas, sendo que os mais populares são aqueles que assumem a forma de rácios. Um rácio não é mais do que o quociente entre duas grandezas geralmente extraídas directamente da informação contabilística de uma empresa (Farinha, 1994).

Normalmente, para os analistas mais experientes a observação de um pequeno conjunto de rácios será suficiente para formarem um juízo, ainda que preliminar e sujeito a legitimação futura com informação mais aprofundada, sobre a condição financeira de uma empresa. (Farinha, 1994).

Por definição, um rácio pode relacionar qualquer tipo de informação, mas para um melhor aproveitamento da análise ambas as informações contidas nos rácios terão de ser bem compreendidas por parte do analista (Helfert, 1997).

A utilização dos rácios, é e deve ser feita com a frequência necessária, por todos os analistas financeiros e aqueles que têm uma tarefa de gestão e de investimento ou de crédito. É uma técnica da preferência dos bancos e empresas especializadas na venda de informações de carácter comercial e financeira (Neves, 2012). As demonstrações financeiras relatam a posição e operações da empresa num período passado. No entanto, um dos aspectos mais importantes das demonstrações financeiras reside no facto de permitirem prever lucros e dividendos futuros (Brigham e Houston, 2003). Um dos grandes desafios na avaliação do desempenho de uma empresa, para alguém exterior a esta é interpretar os resultados expressos nas demonstrações financeiras. Estes são os dados de mais fácil acesso para consulta por parte de qualquer individuo (Jorge, 2010).

Os vários rácios e medidas que podem ser aplicados, estão sujeitos a limitações inerentes ao processo de contabilização da empresa e às escolhas feitas pela equipa de gestão (Helfert, 1997). A análise dos rácios financeiros tem sido utilizada para fins preditivos, como a previsão do fracasso, ou não, das empresas, como a avaliação do crédito e como a avaliação do risco (Ponikvar et al, 2009 *cit in* Jorge, 2010).

Numa definição simplista, análise de rácios é a comparação de números, valores numéricos monetários ou valores de quantidades. Este tipo de análise permite uma avaliação das rubricas do balanço em conjunto com outro tipo de informação financeira, com o intuito de determinar várias relações pertinentes de várias áreas da empresa (Jagels e Coltman, 2004). A técnica mais utilizada consiste em estabelecer relações entre contas e agrupamento de contas do Balanço, da Demonstração de Resultados e da Demonstração de Fluxos de Caixa (Neves, 2012).

Para Brealey et al. (2001) os rácios financeiros são apenas uma ferramenta conveniente de resumir grandes quantidades de dados financeiros e com a capacidade para comparar o desempenho entre empresas. Os rácios ajudam a empresa a colocar as perguntas certas mas raramente obtêm respostas (Jorge, 2010). Um rácio pode ser calculado a partir de qualquer par de números. Dada a grande quantidade de variáveis incluídas nas demonstrações financeiras, pode ser retirada uma extensa lista de rácios. Não existe, no entanto, uma lista standard de rácios. Cada autor ou fonte de análise financeira utiliza uma lista de rácios

diferente. Os rácios são interpretáveis em comparação com rácios de períodos anteriores, com rácios de concorrentes, com rácios da indústria e com padrões predeterminados. A tendência de um rácio e a sua variabilidade são considerações importantes a ter em conta (Jorge, 2010). O resultado de um rácio “sozinho” é um mero número e, aparentemente, sem valor, visto que o rácio não demonstra resultados favoráveis ou desfavoráveis. Para um rácio fazer sentido deve ser comparável a um padrão ou a uma relação estabelecida entre rácios (Jagels e Coltman, 2004). Podem constituir-se inúmeros rácios, mas a sua utilização vai depender, sobretudo, dos objectivos em análise: qual a natureza dos fenómenos que se pretende revelar ou medir e que fontes de informação se vão utilizar. Os fenómenos a revelar poderão ser de natureza financeira, económica, económico-financeira ou técnica. Arranjar uma classificação utilitária e teoricamente satisfatória dos rácios é extremamente difícil (Neves, 2012).

2.4.2.1 Rácios de Liquidez

Quando por exemplo os bancos estão a conceder empréstimos para um prazo curto, preocupam-se mais com a capacidade de reembolso dessa dívida do que com a cobertura global do activo, usando muitas vezes os indicadores de liquidez (Neves, 2012). Este rácio indica a capacidade da empresa em cumprir as suas obrigações de pagamento a curto prazo (Jagels e Coltman, 2004). Um activo circulante é aquele que está no mercado, e que portanto consegue rapidamente transformar-se em dinheiro no prazo de um ano (Neves, 2012) e (Brigham e Houston, 2003). Outra razão pela qual os analistas se centram nos activos líquidos é porque os resultados obtidos têm tendência a ser mais fiáveis. Por outro lado, os rácios de liquidez também possuem algumas características menos desejáveis. Devido ao facto de os activos e os passivos de curto prazo serem facilmente alterados, as suas medidas de liquidez podem exceder, rapidamente o seu prazo de validade (Brealy e Mayers, 2003).

.

Liquidez geral

O rácio liquidez geral, pode-se traduzir pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$$

Sendo o activo corrente o conjunto de activos (bens e direitos) que a empresa transforma em dinheiro no prazo de um ano e o passivo circulante (são as obrigações) aquilo que a empresa tem de satisfazer no mesmo período (Neves, 2012).

Este rácio demonstra a capacidade de uma empresa pagar as suas dívidas de curto prazo (passivo corrente) (Jorge, 2010).

A liquidez geral é uma representação do fundo de maneio e tem grande importância para os credores, sendo muitas vezes percebida como “almofada de segurança” face a dívidas de curto prazo (Moreira, 2001).

Assim, facilmente poderemos concluir que quanto maior for o valor deste rácio, maior será a facilidade com que a empresa/ instituição cumpre as suas obrigações a curto prazo. Temos assim os seguintes valores de referência:

	<i>Valor ideal</i>	<i>Valor aceitável</i>	<i>Valor crítico</i>
<i>Liquidez geral</i>	2	1,3 e 1,5	<1

Liquidez reduzida

O rácio liquidez reduzida, pode-se traduzir pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez reduzida} = \frac{\text{Activo Corrente} - \text{Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$$

Este rácio, também conhecido por *Quick Ratio* ou *Acid Test* é utilizado com a mesma finalidade do anterior, mas admite dificuldades conjunturais e de possível falência, pelo que considera que os inventários não poderão ser transformados em dinheiro de imediato, ou para o serem, ocorrerá abaixo do custo. Assim, alguns analistas preferem utilizar o rácio de liquidez reduzida (Neves, 1996 e 2012). Este rácio e por comparação com o rácio de liquidez geral, permite avaliar o peso dos inventários no activo corrente da empresa.

Temos assim os seguintes valores de referência:

	<i>Valor ideal</i>	<i>Valor aceitável</i>	<i>Valor crítico</i>
<i>Liquidez reduzida</i>	2	1,3 e 1,5	<1

Liquidez imediata

O rácio liquidez imediata, pode-se traduzir pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Corrente}}$$

O rácio liquidez imediata, também conhecido como *Cash Ratio* é utilizado com a finalidade de conhecer o grau de cobertura do passivo corrente por liquidez imediata. Caixa e depósitos bancários são liquidez imediata (Neves, 2012).

De acordo com Fernandes *et al.* (2012) não podemos apresentar valores de referência para este rácio, pois, o valor adequado de disponibilidades está directamente relacionado com o sector de actividade da empresa e deve ser planeado, de acordo com as necessidades da empresa.

2.4.2.2 Rácios de Funcionamento

Os rácios de funcionamento servem para analisar a eficiência das decisões na gestão dos recursos humanos aplicados. Estes, apuram-se em termos de rotação ou em dias de funcionamento. Devem utilizar-se os valores médios de balanço de forma a não serem afectados pelos valores acidentais em determinadas datas do balanço (Neves, 1996 e 2012).

Os rácios de funcionamento só têm sentido quando comparado dentro do mesmo sector e entre empresas com características semelhantes, pois em cada sector as condições de financiamento são significativamente diferentes (Neves, 2012).

Prazo médio de recebimentos

Este é o rácio que mede a velocidade com que os clientes costumam pagar as suas dívidas, e pode traduzir-se pela seguinte fórmula:

$$\text{Prazo médio de recebimento} = \frac{\text{Saldo médio dos clientes}}{\text{Vendas}} \times 365 \text{ dias}$$

(Em dias)

Deve ter-se em atenção que quer o numerador quer o denominador devem estar na mesma base, pelo que se isto não acontecer resultará um indicador distorcido. É de não esquecer que no saldo das contas dos clientes, no balanço, está incluído o IVA, enquanto as vendas e prestações de serviço estão líquidas de IVA, pelo que deste modo ou se deduz o IVA às contas clientes ou se adiciona o IVA correspondente às vendas e prestações de serviços (Neves, 1996).

Se o resultado deste rácio for um valor alto, é em termos financeiros, desfavorável, demonstrando uma ineficiência nas cobranças ou falta de poder negocial junto dos seus clientes. Este deve ser comparado com o da concorrência (Neves, 1996 e 2012).

Prazo médio de pagamentos

É o rácio que mede a velocidade com que a empresa costuma pagar as suas dívidas aos fornecedores e pode traduzir-se pela seguinte fórmula:

$$\text{Prazo médio de pagamento} = \frac{\text{Saldo médio dos fornecedores}}{\text{Compras}} \times 365 \text{ dias}$$

(Em dias)

Tal como o rácio anterior, o denominador e numerador devem apresentar-se na mesma base de IVA.

Quanto mais baixo for o valor deste rácio, melhor, pois menor é o grau de crédito que os fornecedores fazem a empresa. Um valor demasiado alto pode revelar dificuldades da empresa em pagar as suas dívidas (Neves, 2012).

2.4.2.3 Solvabilidade

De uma forma simplista Solvabilidade significa pagar uma dívida. Assim uma empresa que apresente solvabilidade significa que terá capacidade para satisfazer todos os seus compromissos de dívida (Neves, 2012).

O rácio solvabilidade, pode-se traduzir pela seguinte fórmula:

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital próprio}}{\text{Capital alheio}}$$

Temos assim os seguintes valores de referência:

<i>Solvabilidade</i>	<i>Valor ideal</i>	<i>Valor aceitável</i>	<i>Valor crítico</i>
	0,5	0,35	<0,35

O rácio solvabilidade, mede a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma empresa.

A solvabilidade de uma empresa será tanto maior quanto maior for o valor deste rácio. Assim, um valor elevado traduz-se numa perspectiva de sustentabilidade a médio/longo prazo, por oposição a um baixo valor que indica grande fragilidade financeira e em último caso inviabilidade da empresa no futuro (Moreira, 2001).

Se o valor deste rácio for elevado, significa que a empresa estará menos dependente de financiamento externo proporcionando uma maior capacidade de negociar e uma melhor perspectiva em aceder a financiamento alheio se vier a necessitar. Ao mesmo tempo serve de garantia para os credores, aumentando a possibilidade de reaverem o seu capital, diminuindo assim o risco a que se expõem (Neves, 2012).

2.4.2.4 Endividamento

Este rácio apura a extensão com que a empresa utiliza capital alheio no financiamento das suas actividades (Jorge, 2010).

Determina a dependência da empresa face ao capital alheio, representando, desta forma, a proporção do passivo no total das fontes de financiamento da empresa (Fernandes *et al* 2012).

O rácio Endividamento, pode-se traduzir pela seguinte fórmula:

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Capital alheio}}{\text{Capital Total (capital próprio + capital alheio)}}$$

Temos assim os seguintes valores de referência:

<i>Endividamento</i>	<i>Valor ideal</i>	<i>Valor aceitável</i>	<i>Valor crítico</i>
	<0,5	0,5 X 0,65	>0,65

2.4.2.5 Peso do Endividamento a longo prazo

Este rácio, assim como o anterior, tem como finalidade apurar a extensão com que a empresa usa capital alheio no financiamento das suas actividades, mas desta feita a longo prazo.

O rácio Peso do Endividamento a longo prazo, pode-se traduzir pela seguinte fórmula:

$$\text{Endividamento longo prazo} = \frac{\text{Passivo de longo prazo}}{\text{Capital Total (capital próprio + capital alheio)}}$$

2.4.2.6 Cobertura dos encargos financeiros

Este rácio mede o grau com que a empresa consegue cobrir os encargos financeiros. O pagamento regular de juros é um obstáculo que as empresas têm de superar se quiserem ter sucesso. Este rácio avalia a capacidade de as empresas ultrapassarem ou não o obstáculo mencionado acima. Tanto aos credores, como os accionistas e à administração, interessa-lhes que este rácio seja elevado. Aos credores, porque um valor elevado indica uma redução do risco e uma elevada probabilidade de receber o pagamento de juros. Aos accionistas também lhes interessa um valor elevado, em especial se a empresa tiver um endividamento elevado. Portanto, para a gestão é preferível um rácio elevado, porque agrada às duas partes mais relevantes no processo. Contudo, se este rácio tiver um valor extremamente elevado, poderá indicar que a alavancagem financeira não está a ser maximizada (Jorge, 2010).

O rácio cobertura dos encargos financeiros, pode-se traduzir pela seguinte fórmula:

$$\text{Cobertura dos encargos financeiros} = \frac{\text{Resultados antes dos encargos financeiros + amortizações}}{\text{Encargos financeiros}}$$

2.4.2.7 Rácios de Rendibilidade

Chama-se rácio de rendibilidade ao indicador referente à relação entre o resultado (quer seja positivo ou negativo) e as vendas ou uma grandeza de capital (Neves, 2012).

Ao calcular estes rácios pretende-se aferir da capacidade de a empresa gerar lucros, ou seja capacidade de criar mais proveitos do que os custos (Fernandes *et al*, 2012).

Rendibilidade dos Capitais Próprios

Em última análise este é um rácio importante, porque reflecte a relação entre os resultados líquidos e o património dos accionistas (Jorge, 2010). Os accionistas investem para garantirem um retorno e este rácio retrata a sua situação no ponto de vista contabilístico. É a medida de eficiência privilegiada dos accionistas e investidores. Permite ao accionista e ao gestor concluírem se a rendibilidade do capital próprio está a um nível aceitável comparativamente às taxas de rendibilidade do mercado de capitais e ao custo do financiamento. De notar que esta medida de rendibilidade é afectada pela política de financiamento de cada empresa.

O rácio rendibilidade, pode-se traduzir pela seguinte fórmula:

$$\text{Rendibilidade} = \frac{\text{Resultados líquidos}}{\text{Capitais Próprios}}$$

Rendibilidade do activo total

A rendibilidade do activo total, é um rácio de avaliação do desempenho dos capitais totais investidos na empresa, independente da sua origem (próprios ou alheios).

Quanto ao activo, é razoável considerar a média do ano, embora na prática se verifique que muitos analistas utilizam o valor do final do ano ou o do início do ano. O resultado a considerar deve ser antes de encargos financeiros e após impostos sobre lucros. Este é o melhor indicador para comparar a rendibilidade entre empresas (Neves, 1996 e 2012). Pode traduzir-se pela seguinte fórmula:

$$\text{Rendibilidade activo total} = \frac{\text{Resultados líquidos}}{\text{Activo total}}$$

Rendibilidade Operacional das vendas

Este é o rácio que analisa a relação entre o resultado operacional e as vendas, medindo a eficácia global da gestão em gerar vendas e controlar as despesas (Jorge, 2010).

O rácio rendibilidade Operacional das vendas, pode-se traduzir pela seguinte fórmula:

$$\text{Rendibilidade Operacional das vendas} = \frac{\text{Resultados Operacionais}}{\text{Vendas}}$$

Rendibilidade Líquida das vendas

Este rácio avalia o retorno, mas também relaciona os de resultados líquidos com o volume de negócios realizado, reflectindo, contrariamente ao rácio anterior, os efeitos dos rendimentos e gastos financeiros e, também, dos impostos sobre o rendimento. Quanto maior o valor do indicador, maior a capacidade de gerar lucros (Fernandes *et al*, 2012).

Este rácio dá-nos o lucro ou prejuízo obtido por cada unidade vendida, revelando a eficiência do negócio.

O rácio rendibilidade líquida das vendas, pode-se traduzir pela seguinte fórmula:

$$\text{Rendibilidade líquida das vendas} = \frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Vendas}}$$

3 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O conceito de metodologia deriva dos termos gregos “méthodos” (métodos) + “lógos” (tratado). Luís (2010), inspirado na obra de Bardon e Lazarsfeld a metodologia é a forma de aprender a descobrir e analisar hipóteses de investigação, de forma a valoriza-los e a sistematizá-los”. Para Costa e Melo (1994), metodologia significa aparte da lógica que estuda os métodos das diversas ciências, segundo as leis do raciocínio; arte de dirigir o espírito na investigação da verdade; conjunto de regras empregues no ensino de uma ciência ou arte.

São vários os caminhos para o investigador. Esta realidade implica optar por uma determinada metodologia. Assim, existem duas formas de realizar a investigação, utilizando o método quantitativo ou qualitativo (Fortin, 2009) e (Luís, 2010).

Na presente investigação, com base na análise financeira de uma IPSS (um caso particular) pretende-se verificar se a instituição está financeiramente estável, se é capaz de cumprir com as suas obrigações para com os fornecedores/credores, bem como pagar o salário os seus funcionários atempadamente. Trata-se de um estudo de caso, que de acordo com Fortin (2009), consiste no exame detalhado e completo de um fenómeno ligado a uma entidade, podendo esta ser um indivíduo, um grupo, uma família, uma comunidade ou uma organização. Segundo Aguiar (2007), será também um estudo retrospectivo, referente aos anos compreendidos entre 2009 e 2012 de actividade da instituição. Os dados recolhidos tratados com recurso ao Microsoft Office Excel 2007. De uma forma geral, pode-se dizer que o método quantitativo pretende sobretudo explicar um fenómeno pela medida das variáveis e pela análise dos dados numéricos. Pelo contrário, a investigação qualitativa tem por objectivo a compreensão alargada dos fenómenos (Fortin, 2009).

Assim, será efectuada uma abordagem quantitativa de modo a obter resultados objectivos no que concerne às variáveis em estudo (Luís, 2010) e qualitativa para uma compreensão alargada dos fenómenos (Fortin, 2009).

Para Fortin (2009) o método quantitativo é, sem dúvida o mais conhecido, caracterizando-se pela medida de variáveis e pela obtenção de resultados numéricos.

Segundo Denzin e Lincoln *cit. in* Fortin (2009), a investigação qualitativa utiliza uma pluralidade de métodos, o que supõe uma abordagem interpretativa.

3.1 Questões de Investigação

Segundo Fortin (2009), é mais importante saber formular uma questão do que lhe saber responder. Se a questão for mal colocada a investigação corre o risco de não levar a parte alguma. A questão deve ser enunciada de maneira a permitir uma resposta.

Para Fortin (2009), uma questão de investigação é uma pergunta explícita, relativamente a um tema que se pretende estudar, com a finalidade de desenvolver o conhecimento existente. Ainda segundo o mesmo autor, é um enunciado claro e não equívoco que precisa os conceitos examinados, especifica a população alvo e sugere uma investigação empírica.

Assim, após a revisão da literatura surgiram as questões de investigação para as quais se procura resposta:

- A IPSS em análise está económico-financeiramente equilibrada na sua globalidade?
- A IPSS em análise apresenta equilíbrio financeiro de curto e médio/longo prazo?
- A IPSS em análise tem capacidade de cumprir as suas obrigações para com os fornecedores e funcionários?
- Os centros de custo, contribuíram para o desempenho financeiro de toda a Instituição?

3.2 Unidade de análise/ estudo de caso

A unidade de análise vai ser a IPSS Irmandade, Santa Casa da Misericórdia de Resende, cita na sede do concelho de Resende, distrito de Viseu que será caracterizada posteriormente.

3.3 Instrumentos de colheita de dados (documentos)

Para a recolha de dados é necessário utilizar um instrumento válido e fidedigno, pois segundo Fortin (2009) sem métodos de qualidade para a colheita de dados, a precisão e a força das conclusões são facilmente afectadas.

A escolha do instrumento de medida deve ser adequada aos objectivos do estudo, uma vez que, irá fornecer dados para as questões colocadas (Marconi e Lakatos, 2008).

De acordo com Fortin (2009), os conceitos pelos quais o investigador se interessa devem tomar a forma de variáveis para serem medidos. As definições operacionais das variáveis e a escolha do método para a recolha da informação são aspectos fulcrais do processo de investigação. Os dados a analisar vão ser retirados a partir de documentos contabilísticos para o período compreendido entre 2009 e 2012, cedidos pela Instituição em análise. Os documentos contabilísticos que serviram de suporte à recolha de dados foram os seguintes:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Relatório de Contas.

3.4 Variáveis

Para Fortin (2009), as variáveis são as unidades base da investigação. Elas são qualidades, propriedades ou características susceptíveis de mudar ou variar no tempo. As variáveis tomam diferentes valores que podem ser medidos, manipulados ou controlados. Ainda, segundo o mesmo autor, as variáveis podem ser classificadas de acordo com o papel que exercem numa investigação.

As variáveis em análise neste estudo serão:

1) Variáveis correspondentes aos rácios para apreciação do equilíbrio financeiro de curto prazo:

- Liquidez geral;
- Liquidez reduzida;
- Liquidez imediata;
- Prazo médio de recebimentos;
- Prazo médio de pagamentos.

2) Variáveis correspondentes aos rácios para apreciação do equilíbrio financeiro médio e longo prazo:

- Solvabilidade;
- Endividamento;

- Cobertura dos encargos financeiros;
- Peso do endividamento longo prazo.

3) Variáveis correspondentes aos rácios para apreciação da rentabilidade:

- Rentabilidade dos capitais próprios;
- Rentabilidade activo total;
- Rentabilidade operacional das vendas;
- Rentabilidade líquida das vendas.

4 Santa Casa da Misericórdia de Resende

A instituição em análise é uma Santa Casa da Misericórdia, com intervenção directa na área do concelho de Resende do distrito de Viseu e que tem por missão satisfazer e dar resposta aos anseios dos cidadãos, na área social e, também, na área da saúde sem esquecer o seu cariz cristão de bem – fazer, tendo como lema e guia norteador o previsto nas 14 Obras de Misericórdia, fundamento do seu Compromisso. As Obras de Misericórdia estão divididas em dois grupos as Obras corporais e as Obras espirituais sendo elas:

Obras Corporais

- 1ª Dar de comer a quem tem fome;
- 2ª Dar de beber a quem tem sede;
- 3ª Vestir os nus;
- 4ª Dar pousada aos peregrinos;
- 5ª Assistir aos enfermos;
- 6ª Visitar os presos;
- 7ª Enterrar os mortos.

Obras Espirituais:

- 1ª Dar bons conselhos;
- 2ª Ensinar os ignorantes
- 3ª Corrigir os que erram;
- 4ª Consolar os tristes;
- 5ª Perdoar as injúrias;
- 6ª Sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo;
- 7ª Rogar a Deus por vivos e defuntos.

Esta Instituição surge, idealizada pelo Dr. Rebelo Moniz (Administrador do concelho de Resende), que já em 1928 dizia ser urgente e necessário prestar assistência aos deserdados e pobres, sobretudo, assistência clínica chegando, assim, a vez de Resende ter a sua Misericórdia e o seu Hospital.

Dois anos mais tarde, os homens da terra, com o objectivo comum de bem-fazer, uniram esforços constituindo uma Direcção com as pessoas disponíveis e redigiram “O Compromisso” da Irmandade. Este foi enviado ao Senhor Governador Civil de Viseu, Coronel Numa Pumpílio da Silva que o aprovou em 1930 e, assim, surgiu a irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Resende. A Direcção começou de imediato, a pensar na construção do seu Hospital Concelhio.

Volvidos quatro anos, estávamos no ano de 1934, foi finalmente lançada a primeira pedra da obra do Hospital que foi benzida, por Sua Excelência Reverendíssima, o Senhor Bispo

de Lamego, D. Agostinho de Jesus e Sousa, em 08 de Outubro de 1934. A obra foi inaugurada, solenemente, em 16 Julho de 1939, dia da Padroeira, Nossa Senhora do Carmo, acto a que presidiu o Senhor Bispo e na qual foi orador o Senhor Cónego Correia Pinto de Freigil e veio de propósito de Lisboa o Santo Padre Cruz benzer o edifício do Hospital.

Como prova da gratidão do povo de Resende para com o Dr. Rebelo Moniz, como grande impulsionador da Misericórdia e do Hospital, no ano de 1940 foi colocado o busto que ainda hoje se encontra no jardim em frente ao edifício, mesmo após a remodelação e reaproveitamento do edifício do Hospital em 1996/1997.

Entretanto, (1950) a Senhora Dona Maria Rosa Soares da Silva e seu irmão Padre José Soares da Silva doaram à Misericórdia a sua Quinta do Mosteiro em Cárquere para a fundação e sustentação do Patronato, hoje Lar de Jovens (internato de crianças e jovens oriundas das mais diversas situações de precariedade social e moral) com o nome da Fundadora.

Nas décadas de 40, 50 e 60 a Santa Casa tinha grandes dificuldades para cobrir as despesas do hospital e do Patronato, foi então que mais benfeitores surgiram e realizaram “Os cortejos para o Hospital” para desta forma ajudar esta instituição.

Após o 25 de Abril de 1974, a Santa Casa ficou sem o seu Hospital, pois, como tantos outros, o mesmo foi nacionalizado, por isso, a Mesa da Irmandade continuou com o Lar de Jovens e virou-se para o apoio as pessoas idosas.

Nos anos 80 criou-se a Creche e em 1995 o Jardim Infantil, ficando a funcionar, no edifício do antigo Patronato o Lar de Jovens, a Creche e o Jardim Infantil.

Entretanto, começou a ser construído no pinhal da Santa Casa o edifício do Lar de Idosos que entrou em funcionamento, em Setembro de 1989, com instalações modernas, arejadas e funcionais. Passados apenas três anos, e após se ter verificado que as dimensões eram insuficientes, houve necessidade do alargamento do imóvel, obra concluída em 1994.

No ano de 1988 e com a degradação do edifício do Hospital, houve necessidade de a Mesa Administrativa autorizar o Ministério da Saúde a construir um Centro de Saúde em 1988, na sua quinta do Hospital, com a condição de o mesmo imóvel ficar a pertencer à Santa Casa e o edifício degradado do Hospital da Santa Casa ser reconstruído.

Assim, em 1995 a Mesa Administrativa, já sob a Presidência do actual Provedor Doutor José Dias Gabriel, procedeu à retoma do Hospital, já em estado muito degradado. Com o projecto aprovado e após a assinatura do Contrato-Programa, assinado, em 12 de Setembro de 1995, a obra da remodelação e reaproveitamento do edifício do Hospital foi posta a concurso público. Entretanto, para o apetrechamento e aquisição do mobiliário para os Quartos, Fisioterapia, Análises Clínicas, Consultórios, Ambulância, Copas, Cozinha do Lar de Idosos, Serviço da Secretaria foi feita uma candidatura ao Fundo Social Europeu, através do II Quadro de Comunitário de Apoio e a mesma foi aprovada, tendo em atenção o parecer técnico favorável do Centro Regional da Segurança Social do

Centro, Sub-região de Viseu.

Concluída a obra em 1996/97, o Hospital reabriu as suas instalações com o funcionamento do Lar de Grandes Dependentes, em Março de 1997 para 14 utentes. Mais tarde, abriram as Análises Clínicas, Consultas de Especialidades Médicas, Serviço de Fisioterapia e Unidade de Apoio Integrado (internamento temporário) actual Unidade de Cuidados Continuados de longa duração e manutenção.

Como a vontade de melhor servir e de proporcionar melhores condições para os seus utentes e funcionário ao longo dos anos variadas obras foram sendo desenvolvidas como as novas instalações para a creche e jardim-de-infância, lavandaria melhorias da cozinha do Lar de Idosos.

No ano de 2011, foi aberto o Lar Hotel, como uma valência com a finalidade de alargar a resposta dada a 3ª idade alargando assim o número de camas disponíveis em regime de uso permanente.

Em 10 de Fevereiro de 2012 foi inaugurado o Lar Residencial. Esta valência constitui uma resposta social desenvolvida em alojamento colectivo, de utilização permanente ou temporária para pessoas portadoras de deficiência moderada, com idade igual ou superior a 16 anos, em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia, cuja situação social, familiar, económica e/ou de saúde, não permita resposta alternativa.

Assim, presentemente, a Santa Casa tem as seguintes respostas:

Infância

- Unidade de Creche (40 bebés);
- Unidade de Ensino Pré-escolar (45 crianças);

Juventude

- Unidade de Lar de Jovens Feminino, com Oficina de Artesanato (20 meninas em regime de internato);

Saúde

- Centro de Medicina Curativa;
- Consultas Externas de Especialidade (Ortopedia, Ginecologia, Pediatria, Cardiologia, Pneumologia, Alergologia, Oftalmologia, Cirurgia Vasular - Não participadas pelo SNS);
- Clínica de medicina dentária;
- Unidade de Cuidados Continuados Integrados (Longa duração, 10 Camas);
- Lar Residencial - Unidade de internamento para pessoas portadoras de deficiência moderada;
- Serviços de Análises Clínicas (posto de colheitas);
- Bloco operatório;

- Medicina Física e de Reabilitação (com acordo com o C.D.S.S de Viseu para 150 tratamentos/dia, seguradoras e ADSE);
- Imagiologia;

3ª Idade

- Lar de Idosos (Capacidade para 60 idosos e com acordo com o C.D.S.S de Viseu para 40 idosos);
- Apoio Domiciliário;
- Lar de Grandes Dependentes Acamados (20 camas com acordo com o C.D.S.S de Viseu);
- Lar Hotel (com 20 quartos duplos);

Outras

- Empresa de inserção/cafetaria social;
- RSI- Equipa multidisciplinar;

A administração e gestão desta instituição está entregue a três órgãos:

Assembleia geral: constituída pelo seu Presidente, 1º secretário e 2º secretário.

Mesa administrativa: constituída pelo Provedor, Vice-Provedor, Tesoureiro, Secretário, Vogal e Suplentes.

Conselho fiscal ou definitório: constituída pelo Presidente, 1º secretário, 2º secretário e Suplentes.

Esta instituição tem neste momento um papel fundamental no combate à exclusão social, na assistência aos doentes e apoio social aos mais carenciados e desfavorecidos do concelho de Resende, concelhos limítrofes e doentes provenientes das mais diversas zonas do país.

5 Análise Financeira da Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende

Neste capítulo do nosso trabalho, e após ter sido feita uma revisão da bibliografia bem como uma caracterização da instituição em análise, vão ser apresentados os resultados obtidos após a aplicação de técnicas financeiras para análise de empresas/instituições. De seguida serão apresentadas as conclusões a que se chegou bem como algumas sugestões para a melhoria da gestão da instituição em análise.

5.1 Metodologia utilizada na análise financeira

A base deste trabalho reside na análise dos documentos e informações financeiras cedidos pela instituição Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende. Para tal foram aplicadas algumas fórmulas por forma a calcular alguns rácios que nos permitam inferir sobre a “saúde” financeira da instituição em análise.

Os rácios calculados foram os que pareceram ser pertinentes, tendo em conta os objectivos definidos para o presente trabalho. Assim optou-se por calcular os seguintes rácios, em conformidade com as variáveis anteriormente definidas:

- 1) Rácios para apreciação do equilíbrio financeiro curto prazo:
 - Liquidez geral;
 - Liquidez reduzida;
 - Liquidez imediata;
 - Prazo médio de recebimento;
 - Prazo médio de pagamento.
- 2) Rácios para apreciação do equilíbrio financeiro médio e longo prazo:
 - Solvabilidade;
 - Endividamento;
 - Cobertura dos encargos financeiros;
 - Peso do endividamento a longo prazo;
- 3) Rácios para apreciação da rendibilidade:
 - Rendibilidade dos capitais próprios;

- Rendibilidade do activo total;
- Rendibilidade operacional de vendas;
- Rendibilidade líquida das vendas.

Foram escolhidos estes rácios, pois, permitem responder ao principal objectivo deste trabalho que é verificar o equilíbrio financeiro da instituição em análise.

Estes rácios foram calculados para a instituição no período compreendido entre 2009 e 2012 permitindo assim verificar a evolução da instituição durante o mesmo.

5.2 Apresentação/discussão dos resultados

Neste tópico serão apresentados os diversos resultados obtidos com o cálculo dos rácios para o período em análise.

A tabela 1 e o gráfico 1, permitem-nos ter uma visão global dos activos (líquidos, não correntes e correntes) no período em análise. Quanto ao total do activo líquido entre 2009 e 2011 vai havendo um aumento ligeiro. Em 2012 podemos verificar uma ligeira diminuição do mesmo. Relativamente aos activos fixos verificou-se exactamente a mesma tendência da constatada para os activos líquidos.

Quanto aos activos circulantes verificamos que do ano de 2009 para 2010 houve um aumento de quase 100.000 €. Já no ano de 2011 verificou-se uma diminuição acentuada para cerca de metade do valor dos activos circulantes. Em 2012 mantem-se a tendência mas desta vez de uma forma mais discreta, pelo que para uma melhor compreensão do facto seria necessário continuar a acompanhar a evolução para ver se esta se mantém ou inverte.

Tabela 1- Tabela dos activos da Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende no período 2009 - 2012

	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
Total activo líquido	3.260.214,14	3.949.732,83	4.188.140,24	3.963.837,76
Activos fixos/não correntes	2.598.603,05	3.164.157,69	3.796.721,43	3.736.100,11
Activos Circulantes/correntes	661.611,09	785,575.14	391,418.81	227.737,65

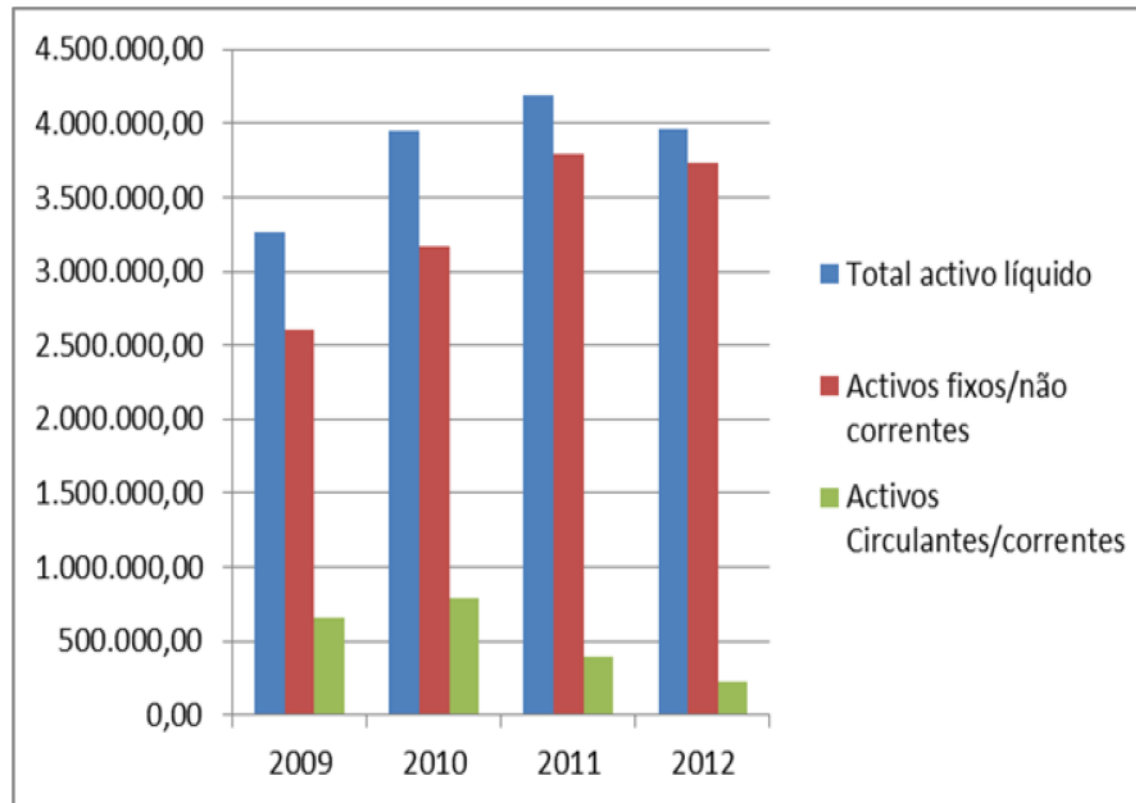


Gráfico 1- Gráfico dos activos da Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende no período 2009 - 2012

Tanto a tabela 2 como o gráfico 2, são referentes aos passivos (total, curto e longo prazo) e o capital próprio. Ao fazermos uma análise podemos verificar que o passivo total, é no período em análise, sempre igual ao passivo de curto prazo, pois, passivo o de longo prazo é sempre “0”. Quanto ao capital próprio podemos verificar que é sempre muito superior ao passivo e apresenta um aumento gradual durante todo o período em análise.

Tabela 2- Tabela dos Passivos e Capital Próprio da Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende no período 2009 - 2012

	2009	2010	2011	2012
Passivo Total	615.710,93	1.290.709,78	1.543.074,24	954.272,12
Passivo Curto Prazo	615.710,93	1.290.709,78	1.543.074,24	954.272,12
Passivo Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital Próprio	2.644.503,21	2.659.023,05	2.645.066,00	3.009.565,64

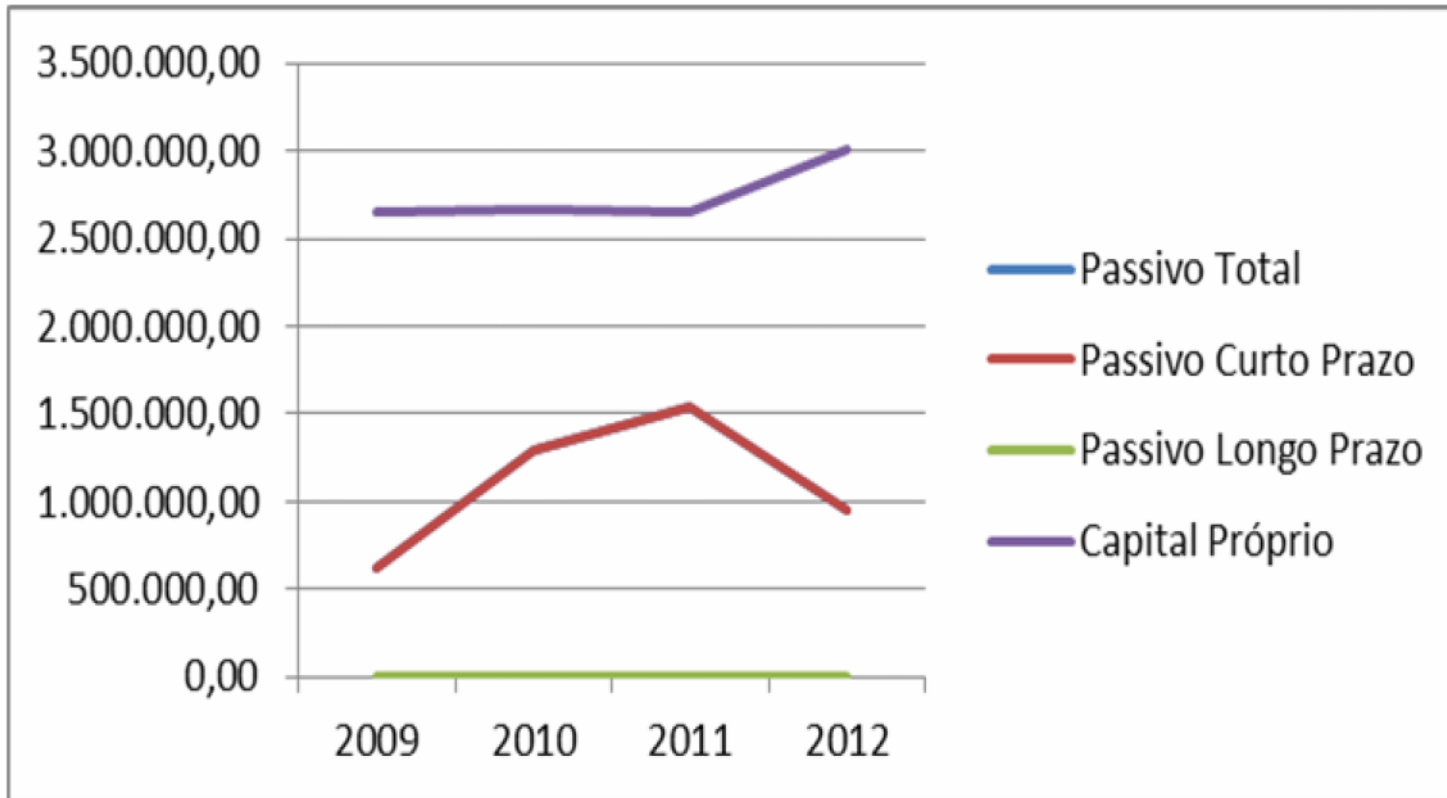


Gráfico 2- Gráfico dos Passivos e Capital Próprio da Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende no período 2009 - 2012

5.2.1 Análise do equilíbrio financeiro de curto prazo

Liquidez Geral

Como podemos verificar no gráfico 3 e tabela 5, a liquidez da instituição, no período em análise, diminuiu significativamente entre 2009 e 2011, momento em que estabiliza em valores muito abaixo do desejado. Constatou-se que no ano de 2009 a instituição apresentava uma liquidez geral perto de valores razoáveis. No último ano em análise verificamos que a liquidez da instituição, aparentemente está a estabilizar, o que poderá significar um início da recuperação. Para confirmar se realmente a instituição está a iniciar uma recuperação seria necessário aguardar pelos resultados do ano de 2013 para se confirmar esta tendência ou não. É de relembrar que esta diminuição da liquidez da instituição coincide com o início da crise financeira que se vive no nosso país e que poderá ser esta uma causa para maior dificuldade em solver as suas dívidas de curto prazo.

Tabela 3- Tabela da liquidez geral da instituição no período em análise

	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
Liquidez geral	1,07	0,61	0,25	0,24

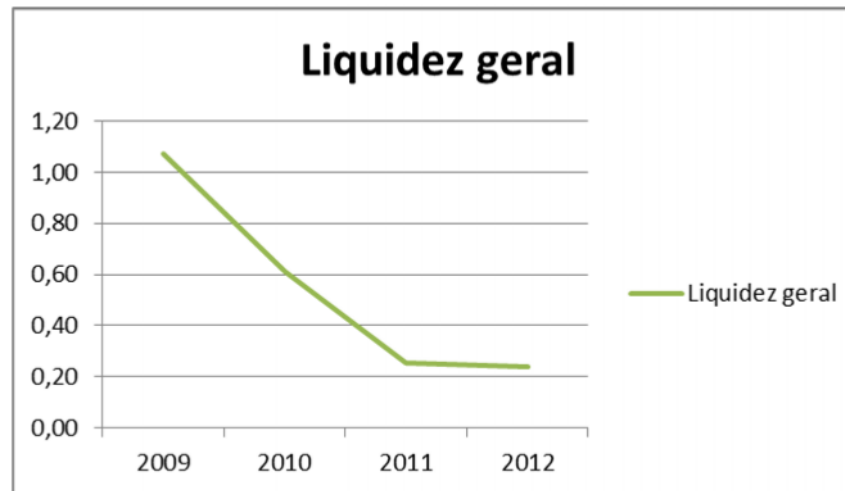


Gráfico 3- Gráfico da liquidez geral

Liquidez Geral, reduzida e imediata

Ao iniciarmos a análise destes rácios deve ser referido que nos anos de 2009 a 2011, a liquidez reduzida é igual a liquidez geral, porque nos documentos contabilísticos o valor dos inventários (stocks) é zero. No ano de 2012 podemos verificar que os valores da liquidez geral e reduzida já diferem, pois os inventários assumem um valor diferente de zero, mas estes não têm um grande impacto na liquidez da instituição o que sugere uma gestão eficaz dos mesmos, sem deixar de considerar que a principal actividade é a prestação de serviços, pelo que o nível de inventários necessário à actividade da instituição é menor.

A liquidez imediata é quase nula, uma vez que o valor das disponibilidades comparado com as dívidas de curto prazo é mínimo.

Tabela 4- Tabela da liquidez geral, reduzida e imediata

	2009	2010	2011	2012
Liquidez geral	1,07	0,61	0,25	0,24
Liquidez reduzida	1,07	0,61	0,25	0,22
Liquidez imediata	0,01	0,04	0,00	0,02

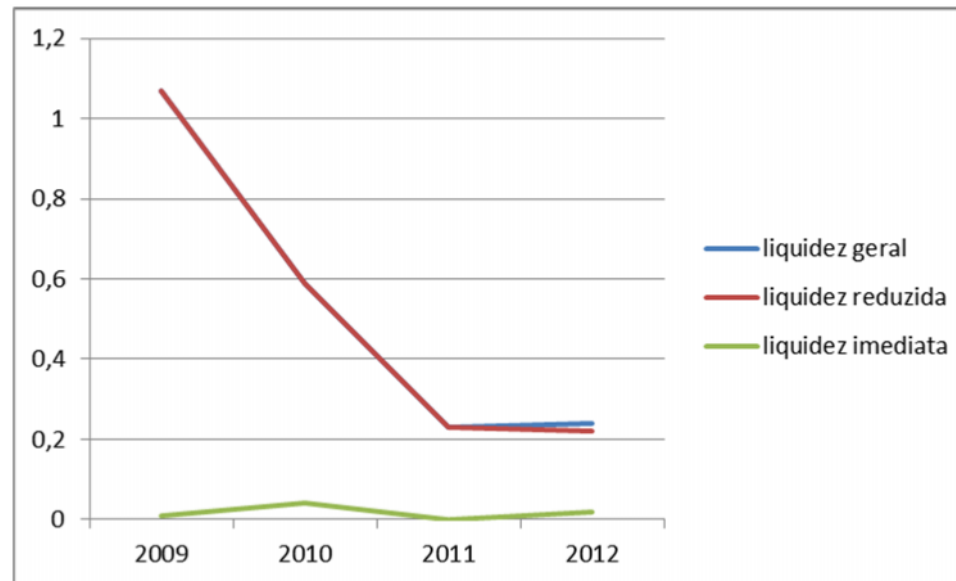


Gráfico 4- Gráfico da liquidez geral, reduzida e imediata

Prazo médio de recebimentos

Na tabela 5 e gráfico 5, apresenta-se o prazo médio de recebimentos, expresso em dias, que os clientes demoram em média a pagar os bens ou serviços que a instituição presta. Este valor médio parece-nos aceitável. Segundo informações que constam do relatório de contas revelam atrasos por parte da ARS Norte no pagamento de facturas de imagiologia e fisioterapia, durante os vários anos em análise.

Tabela 5- Prazo médio de recebimentos

	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
Prazo médio de recebimento	35,99	45,73	47,85	30,39

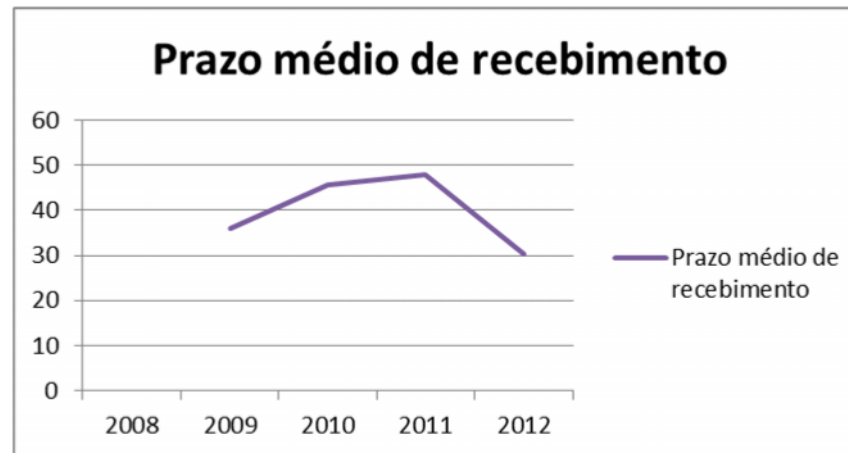


Gráfico 5- Prazo médio de recebimentos

Prazo médio de pagamentos

Na tabela 7 e gráfico 6, apresenta-se o prazo médio de pagamentos, expresso em dias.

Como no relatório de contas não há informação relativamente às compras de mercadorias, para o cálculo destas aplicou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Existências iniciais} + \text{compras} - \text{existências finais} = \text{Custo das mercadorias vendidas e dos materiais consumidos}$$

Como no ano de 2009 e 2010 as existências iniciais e finais apresentadas também são “0”, o valor das compras vai ser igual ao custo das mercadorias e dos materiais consumidos.

No ano de 2011 já há valor de existências finais, o valor já vai variar. No ano de 2012 no relatório de contas em vez de aparecer a rubrica existências passa a ser designada de inventários.

O valor revelado no relatório de contas para o pagamento é o seguinte:

Tabela 6- Prazo médio de pagamentos de acordo com dados retirados do relatório de contas

	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
Prazo médio de pagamento (em dias)	30	30-120	120	90

Como se pode verificar o prazo médio de pagamentos por nós calculado (tabela 7 e gráfico 6) está sempre dentro do intervalo anunciado no relatório de contas, parecendo-nos não afectar negativamente a liquidez da instituição.

Tabela 7- Prazo médio de pagamentos

	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
Prazo médio de pagamento (em dias)	20,10	44,18	76,78	45,78

*Para o cálculo do prazo médio de pagamento, considerou-se o saldo médio de fornecedores mais outros credores a dividir pelas compras mais fornecimentos de serviços de terceiros.

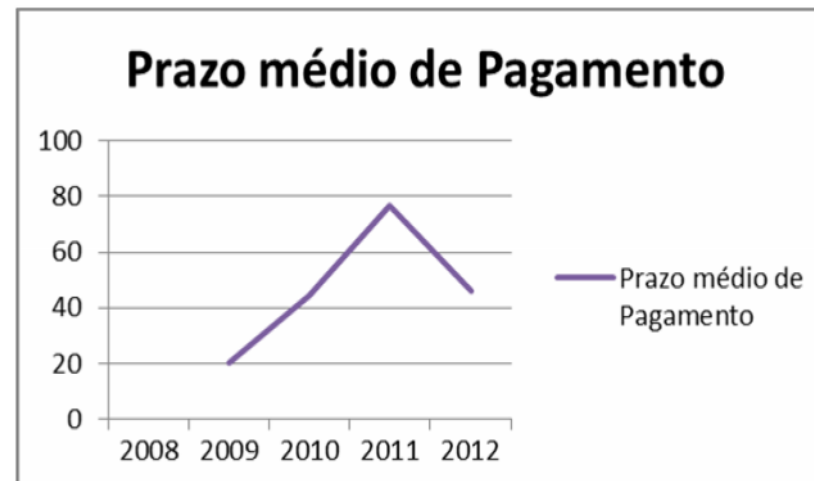


Gráfico 6- Prazo médio de pagamentos

5.2.2 Análise do equilíbrio financeiro a médio/longo prazo

Solvabilidade

Ao analisarmos a tabela 8 e o gráfico 7, podemos verificar que ao longo de todo o percurso a instituição apresentou um valor de solvabilidade muito bom (sempre superando o valor ideal de referência ($\geq 0,5$)). Assim verificamos que os capitais próprios são sempre largamente superiores aos capitais alheios. Revelando que a empresa não vive dificuldades para solver as suas dívidas.

Tabela 8- Solvabilidade

	2009	2010	2011	2012
Solvabilidade	4,30	2,06	1,71	3,15

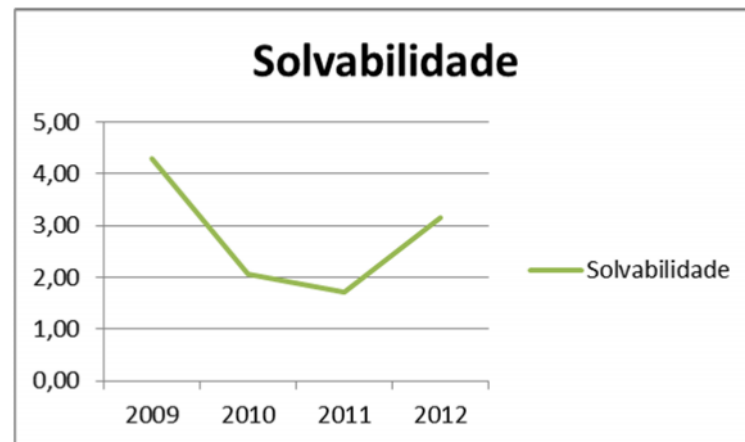


Gráfico 7- Solvabilidade

Endividamento

Mais uma vez, a tabela 9 e o gráfico 8, mostram que a instituição apresentou um índice de endividamento sempre dentro dos valores ideais.

O primeiro ano em análise é o ano em que a instituição apresentou o menor índice de endividamento tendo este aumentado lentamente até 2011, mas sem nunca chegar a valores normalmente considerados de razoáveis muito menos dos críticos.

Tabela 9- Endividamento

	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
Endividamento	0,19	0,33	0,37	0,24

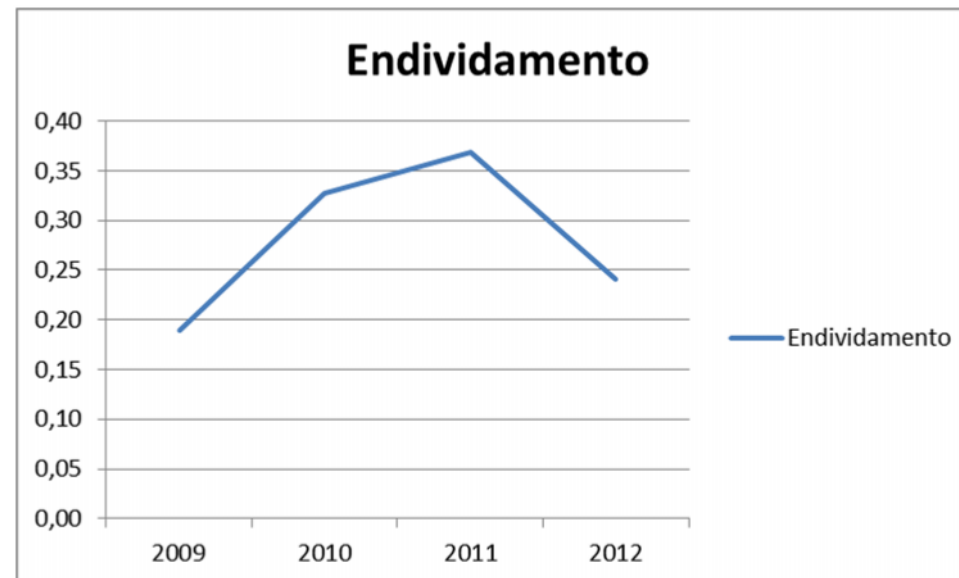


Gráfico 8- Endividamento

Cobertura dos encargos financeiros

De acordo com os dados apresentados na tabela 10 e o gráfico 9, podemos constatar que a instituição no primeiro ano analisado, tinha grande dificuldade em cobrir os seus encargos financeiros.

No ano de 2010, houve uma grande recuperação, havendo uma melhoria significativa por parte da instituição. No ano seguinte verificou-se um ligeiro retrocesso.

No último ano analisado volta a verificar-se um “salto” significativamente positivo, passando o valor deste rácio a ser positivo, sugerindo que a instituição tem maior facilidade em fazer face aos seus encargos financeiros.

Tabela 10- Cobertura dos encargos financeiros

	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
Cobertura dos encargos financeiros	-33,63	2,01	-2,17	20,26



Gráfico 9- Cobertura dos encargos financeiros

Peso do endividamento a longo prazo

Ao calcularmos este rácio, constatamos que a instituição não apresenta passivo de longo prazo, o que faz com que o endividamento a longo prazo seja sempre nulo. Ou seja, a instituição não apresenta dívidas a terceiros a longo prazo, sendo este um facto de louvar.

5.2.3 Análise de indicadores de performance financeira

Rendibilidade dos Capitais próprios

Ao fazermos uma análise mais relacionada com a actividade da instituição, verificamos que durante o período em análise existiram grandes oscilações dos vários indicadores, consequência das grandes variações dos resultados obtidos pela instituição.

Podemos verificar que em 2009 houve um maior resultado líquido do que em 2010, facto este que pode ser explicado porque a rubrica “outros proveitos operacionais” foi superior que em 2010.

Já no ano de 2011, verifica-se na demonstração de resultados que há gastos adicionais (embora não estejam discriminados) que influenciaram o desempenho da instituição.

Já os resultados de 2012, podem ser justificados pela diminuição significativa das despesas e algum aumento das receitas por isso aumentaram.

O rácio de rendibilidade entre o ano de 2009 e 2011, diminuiu significativamente. Já no último ano em análise (2012), este rácio mostra o que poderá ser uma recuperação brutal. O resultado do activo total segue a mesma tendência.

Com a análise dos rácios (rendibilidade operacional de vendas e rendibilidade líquida de vendas) verificamos que no período 2009 - 2011 as vendas perdem “força” chegando mesmo a ter um desempenho negativo o que significa que a instituição não foi capaz de criar dividendos a partir das vendas. No ano de 2012 esta tendência inverte-se o que demonstra que a instituição começou a ser capaz de gerar proveitos com as vendas.

Tabela 11- Rendibilidade

	2009	2010	2011	2012
Rendibilidade dos capitais próprios	5,39%	0,55%	-0,53%	6,32%
Rendibilidade activo total	4,38%	0,37%	-0,33%	6,32%
Rendibilidade operacional de vendas	-20,82%	-10,58%	-23,61%	44,46%
Rendibilidade líquida das vendas	15,51%	1,33%	-1,34%	23,55%

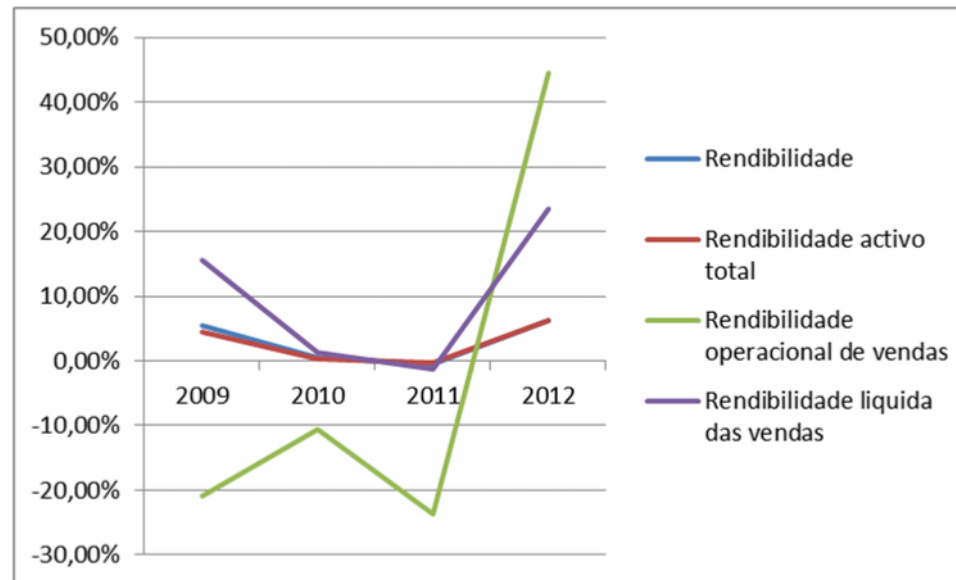


Gráfico 10- Rendibilidade

5.2.4 Análise dos Resultados por valência

As tabelas 12 e 13, facilmente sugerem que há algumas valências da IPSS em análise que contribuem mais do que outras para os resultados da instituição.

Assim, podemos dizer que o lar de idosos, apesar de no ano de 2009 ter contribuído negativamente para o desempenho global da instituição, desde esse ano tem sido uma das valências que mais proveitos tem gerado. De igual modo o apoio domiciliário tem contribuído positivamente para o resultado da instituição, apesar de ter vindo a diminuir essa contribuição. Esta situação pode ser justificada com a diminuição de utentes e consequentemente redução das receitas e também por ter mantido os gastos.

Também as valências, Lar de Grandes Dependentes e Lar de jovens têm contribuído consecutivamente de forma positiva para os resultados da instituição.

As três valências de apoio à infância, (creche, ATL e ensino pré-escolar) têm vindo a diminuir o seu contributo, apresentando resultados negativos no último ano em análise. A valência ATL, por apresentar constantemente um contributo negativo acabou por ser encerrada no ano de 2011. Estes resultados poderão ser justificados com a maior procura por parte das famílias destes serviços no sector público, devido ao agravamento da crise, e aos custos que acarretam para as famílias.

O bloco cirúrgico foi encerrado no ano de 2011 por necessidade de obras de avultado valor para se manter em funcionamento que a gerência considerou ser demasiado elevado, perante os resultados dos anos anteriores. O resultado negativo de 2012 deve-se a custos com a manutenção do espaço.

Algumas valências, nomeadamente (consultas de especialidade, imagiologia, UCC, RSI-equipa multidisciplinar e empresa de inserção/cafetaria), são mantidas em funcionamento apesar de já terem apresentados resultados negativos, pois, são considerados por parte da gerência como mais-valias para a população do concelho e uma espécie de “serviço público” que não é assegurado pelo Serviço Nacional de Saúde e que obrigaria os habitantes da terra a percorrer grandes distâncias, se a instituição encerrasse aquelas valências.

No período em análise houve uma grande aposta e investimento por parte da instituição em três novas valências (medicina física e reabilitação, lar hotel e lar residencial). O lar hotel e lar residencial no ano de 2012 já contribuem fortemente para os resultados da instituição e é previsível que a medicina física e reabilitação também venha a contribuir devido ao acordo firmado com a ARS - Norte apesar das demoras nos pagamentos por parte desta.

Tabela 12- Tabela dos Resultados por valência da Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Resende no período 2009 - 2012

	2009	2010	2011	2012
Lar Idosos	-73.921,90	80.931,68	45.346,07	30.587,53
Apoio Domiciliário	41.337,50	15.749,14	6.402,62	13.883,14
Lar de Grandes Dependentes	44.225,37	88.726,45	89.706,07	58.539,36
Creche	32.640,79	15.759,85	5.816,89	-10.224,09
Ensino Pré-escolar	50.134,64	32.330,83	37.590,46	-1.375,38
Lar de Jovens	8.159,70	16.974,45	5.254,12	21.480,46
ATL	-9.657,14	-12.044,19	-115,98	0,00
Bloco Cirúrgico	12.832,42	8.925,17	0,00	-419,00
Consultas de especialidade	0,00	0,00	0,00	-2.315,37
Medicina física e reabilitação	0,00	-50.683,59	38.309,77	-126.019,30
Lar Hotel	0,00	0,00	-9.075,12	177.192,29
Imagiologia	62.340,87	-9.568,30	-32.981,77	-8.720,54
Empresa de inserção/cafetaria	1.072,81	0,00	4.056,77	-5.059,40
UCC	2.125,55	80.238,09	-42.441,66	-13.168,38
RSI-Equipa multidisciplinar	10.864,26	9.239,93	-10.607,47	7.559,50
Lar Residencial	0,00	-2.450,54	-7.729,80	119.554,81
Total	183.420,17	279.336,96	45.379,99	258.945,91

Tabela 13- Tabela do contributo por valências para o resultado líquido do ano no período 2009 - 2012

	2009	2010	2011	2012
Lar Idosos	-0,52	0,29	3,25	0,12
Apoio Domiciliário	0,29	0,06	0,46	0,05
Lar de Grandes Dependentes	0,31	0,32	6,43	0,23
Creche	0,23	0,06	0,42	-0,04
Ensino Pré-escolar	0,35	0,12	2,69	-0,01
Lar de Jovens	0,06	0,06	0,38	0,08
ATL	-0,07	-0,04	-0,01	0,00
Bloco Cirúrgico	0,09	0,03	0,00	0,00
Consultas de especialidade	0,00	0,00	0,00	-0,01
Medicina física e reabilitação	0,00	-0,18	2,74	-0,49
Lar Hotel	0,00	0,00	-0,65	0,68
Imagiologia	0,44	-0,03	-2,36	-0,03
Empresa de inserção/cafetaria	0,01	0,00	0,29	-0,02
UCC	0,01	0,29	-3,04	-0,05
RSI-Equipa multidisciplinar	0,08	0,03	-0,76	0,03
Lar Residencial	0,00	-0,01	-0,55	0,46
Resultado líquido do ano	142.661,42	14.519,84	-13.957,05	250.645,49

*Os contributos de cada valência foram calculados dividindo o Resultado líquido da valência pelo Resultado líquido do ano.

5.3 Síntese dos resultados

Fazendo uma síntese dos resultados obtidos, podemos dizer que a instituição apresenta sucessivamente valores de liquidez muito abaixo do desejado, podendo ter dificuldades em solver as suas dívidas de curto prazo. Assim sendo, a empresa indicia não ter equilíbrio financeiro de curto prazo.

O prazo médio de recebimentos variou no período em análise entre 47,85 e 30,39 dias sendo este último do ano de 2012. Este valor deve-se também aos sucessivos atrasos por parte da ARS-Norte a efectuar os pagamentos.

Já para o prazo médio de pagamentos, dado que as diferenças entre os prazos médios de recebimento e pagamentos não são muito acentuadas ao longo do período em análise, os prazos médios de pagamentos e de recebimentos parecem-nos não afectar negativamente a liquidez da instituição.

Verificou-se que a instituição apresenta capitais próprios sempre largamente superiores aos capitais alheios sugerindo capacidade de solver os seus compromissos para com terceiros no médio e longo prazo.

A instituição apresentou um índice de endividamento sempre dentro dos valores ideais o que é um facto de louvar e não apresenta passivo de longo prazo.

Quanto aos encargos financeiros, a instituição viveu no período em análise alguma instabilidade, passando por avanços e retrocessos, mas no último ano já apresenta mais capacidade para cobrir os seus encargos financeiros.

Verificou-se ainda que durante o período em análise existiram grandes oscilações dos vários indicadores de rentabilidade, consequência das grandes variações dos resultados obtidos pela instituição.

Os rácios de solvabilidade, de endividamento e de rentabilidade sugerem que a instituição tem equilíbrio financeiro a médio e longo prazo.

Em 2009 houve um maior resultado líquido do que em 2010. No ano de 2011 verifica-se na demonstração de resultados que há gastos adicionais que influenciaram o desempenho da instituição. Os resultados de 2012, podem ser justificados pela diminuição significativa das despesas e algum aumento das receitas.

6 Considerações Finais

Com base na análise financeira, podemos verificar que a instituição em análise apresenta valores baixos para os rácios de liquidez. Os valores dos rácios de liquidez para o período em análise sugerem dificuldades de liquidez para a instituição, podendo comprometer a facilidade de cumprir as suas obrigações para com terceiros no curto prazo. No entanto, considerando que a instituição é fortemente prestadora de serviços e portanto, que também beneficia de serviços prestados por outras entidades, supomos que o prazo médio de pagamentos que a instituição apresenta no seu relatório de contas, reflecte serviços obtidos a crédito junto de terceiros.

O prazo médio de recebimentos assume valor aceitável, mas poderia ser menor. De acordo com o referido no relatório de contas da instituição em análise, a ARS- Norte atrasa as transferências referentes ao pagamento dos serviços prestados.

Relativamente ao rácio de endividamento conclui-se que este esteve assume valores aceitáveis. A instituição só tem endividamento de curto prazo, não apresentando em nenhum momento do período em análise apresentado passivo de longo prazo. Os rácios de liquidez geral sugerem que a instituição pode ter dificuldades em solver os seus compromissos de curto prazo.

Uma vez que a instituição parece apresentar equilíbrio financeiro a médio e longo prazo, com base nos rácios de solvabilidade e endividamento, no entanto podendo apresentar dificuldades em solver os seus compromissos de curto prazo (que são o total da dívida), a instituição pode ponderar renegociar a dívida de curto prazo para períodos de longo prazo, para aliviar o peso do endividamento a curto prazo. Ainda, a enaltecer a capacidade de gerar rendibilidade que tem permitido o reforço dos capitais próprios que tem possibilitado o financiamento da instituição, nomeadamente, em termos dos investimentos realizados.

No período em análise verificamos que a instituição abriu e fechou algumas valências. As que encerraram foi por apresentarem um contributo negativo para o desempenho geral da instituição, em vários anos consecutivos, o que revela já não haver procura destes serviços por parte do público-alvo ou por motivos económicos ou por começar a haver ofertas de serviços públicos alternativos.

A gerência fez uma forte aposta para a abertura de duas novas valências (lar hotel e lar residencial) que já começam a mostrar resultados positivos, o que demonstra que o investimento foi bem conseguido e que há procura por parte da população.

O lar residencial já apresenta uma taxa de ocupação considerável o que revela a necessidade que esta valência representava para o concelho e para a região em geral.

Quanto à valência fisioterapia e reabilitação foi feito um forte investimento para construção de novas instalações que servem a população local e as dos concelhos limítrofes.

Verificou-se que algumas valências (UCC, consultas de especialidade e imagiologia), apesar de irem tendo esporadicamente resultados negativos, mantêm a confiança e aposta por parte da gerência, pois são consideradas como uma mais-valia para a população da terra e da região, porque evitam grandes deslocações da população de Resende.

Não podemos esquecer que a instituição em análise é uma instituição sem fins lucrativos e de carácter social, e que fundamenta o seu compromisso pelo qual se rege nas catorze obras de misericórdia que orientam para o bem-fazer aos outros o que justifica e torna aceitáveis algumas apostas em valências que apresentam resultados negativos.

Assim, sugerimos à gerência destas instituições, que mantenham o plano de desenvolvimento que e continuem a apoiar os mais necessitados, carenciados e toda a população da terra e da vizinhança.

É de relembrar, e mais uma vez segundo o relatório de contas da instituição e dados do INE que esta é uma instituição de referência na região e é o segundo maior empregador do concelho, tendo mesmo no período em análise aumentado a massa salarial, criando vários postos de trabalho estáveis num período de grande contracção da economia e com as taxas de desemprego a nível nacional a atingirem valores históricos.

Assim, e para terminar, gostávamos de sugerir à instituição a continuação das suas obras de bem-fazer preservando o espírito empreendedor na procura da expansão e criação de postos de trabalho.

7 Referências Bibliográficas

- Aguiar, P. (2007): "Guia prático de estatística em investigação epidemiológica: SPSS", Climepsi Editores-1ª edição.
- Andrade, M. (2010): "Avaliação económica da prevenção de úlceras de pressão em unidade de Cuidados intensivos".
- Angeloni, M. (2003): "Elementos Intervenientes na tomada de decisão", Ci. Inf., Brasília, v. 32, n. 1, p. 17-22.
- Brealey, R.A., Myers, S.C. (2003): "Principles of Corporate Finance", 7th Edition, McGraw-Hill.
- Brigham, E.F., Houston, J.F., (2003): "Fundamentals of Financial Management", Editor: Fort Worth, 6th edition.
- Carvalho, D. (2012): "Anuário estatístico da região Norte 2012", Instituto Nacional de Estatística.
- Costa, J. Almeida; Melo, A. Sampaio (1994): Dicionário da língua portuguesa, 7ª ed, Porto Editora.
- Duarte, C. (2010): "Avaliação do Desempenho nos Serviços de Saúde: Aplicação do Sistema de Custeio Baseado em Actividades a uma Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente".
- Farinha, J. (1994): "Análise de rácios financeiros".
- Fernandes, C. (2012): "Análise financeira: teoria e prática : aplicação no âmbito do SNC", editora Sílabo.
- Fortin, M. (2009): "Fundamentos e etapas do processo de investigação", Lusodidacta.
- Gago, A. (2008): "O financiamento Hospitalar e os Grupos de diagnóstico Homogéneos".
- Jagels, M.G., Coltman, M.M. (2004): "Hospitality Management Accounting", 8th Edition, John Wiley and Sons, Inc.
- Jorge, J. (2010): "Avaliação do Desempenho de uma Empresa Através de Rácios Financeiros: Caso da Indústria Hoteleira".
- Helfer, Erich A. (1997): (Techniques of financial analysis: a modern approach", Editor: New York: McGraw-Hill, 9th ed.
- Luís, S. (2010): "Custos hospitalares e ganhos em saúde associados ao tabagismo parental e bronquiolite infantil".
- Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria (2008): "Metodologia do trabalho Científico", 7.ª Edição Revista e ampliada, Editora Atlas SA, São Paulo.

- Menezes, H. (1995): "Princípios de gestão financeira", 5ª edição, Lisboa.
- Moreira, J. (2001): "Análise Financeira de empresas: da teoria à prática", Editor: Porto: Associação da Bolsa de Derivados do Porto, 4ª edição.
- Neves, J. (1996): "Análise Financeira métodos e técnicas", Texto editora-9ª Edição revista.
- OCDE (2003): "The Non-profit Sector in a Changing Economy", OECD Publications Service, Paris.
- Pereira, C (2001): "Contabilidade analítica ", Rei dos Livros, Lisboa.
- Pestana, M e Gageiro, J. (2008): "Análise de dados para ciências sociais - A complementaridade do IPSS", Edições Sílabo-5ª Edição.
- Robins, S. (2002): "Comportamento Organizacional" Edições Pearson-9ª edição.
- Santos, A. (1994): "Análise Financeira: Conceito, Técnicas e Aplicações", Reimpressão, INIEF economia e gestão, Lisboa.
- Sousa, G. (1988): "Metodologia da investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos ", Livraria Civilização, Porto.
- Souza, A. Silva, D. Lara, C. e Moreira D. (2010): "Análise financeira exploratória de hospitais com uso do
- Escalonamento Multidimensional".
- Souza, A. Lara, C. Neves, A. e Moreira, D. (s.d.): "Indicador de desempenho para hospitais: análise a partir dos dados divulgados para o público em geral".
- Valga, C. (2010): "Avaliação do retorno para a sociedade dos benefícios concedidos a
- IPSS na área da Saúde".

Referências electrónicas

- <http://www.misericordiasportuguesas.pt/> disponível em 9 de Junho de 2012.
- <http://www.scmr.pt/> disponível em 9 de Junho de 2012.
- <http://www.ump.pt/ump/> disponível em 15 de Junho de 2012.
- <http://www2.seg-social.pt/> disponível em 28 de Maio de 2012.
- http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main disponível em 28 de Maio de 2012.

Anexos

Anexo 1: Balanço e Demonstração de resultados do ano de 2009

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE

Contabilidade IPSS

Balanco

Ano 2009

Exercícios

2009

2008

Conta	Descrição	Activo Bruto	Amort./Provis.	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO					
IMOBILIZADO					
Imobilizações Incorporadas					
431	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	0,00	0,00	0,00	0,00
433	0,00	0,00	0,00	0,00
434	0,00	0,00	0,00	0,00
441/6	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por Conta de Imobil. Incorporadas	0,00		0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corporadas					
421	Terras e Recursos Naturais	48.444,67	0,00	48.444,67	48.444,67
422	Edifícios e Outras Construções	883.017,04	321.154,12	561.862,92	547.590,36
423	Equipamento Básico	1.335.999,82	724.620,82	611.379,00	515.934,62
424	Equipamento de Transporte	273.539,80	132.563,42	140.976,38	114.694,72
425	Ferramentas e Utensílios	13.201,09	0,00	13.201,09	13.201,09
426	Equipamento Administrativo	57.227,05	34.733,60	22.493,45	22.519,33
427	Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
428	Animais Produtivos, de Trabalho e de Reprodução	1.725,83	0,00	1.725,83	1.725,83
429	Outras Imobilizações Corporadas	0,00	0,00	0,00	0,00
441/6	Imobilizações em Curso	1.169.419,71		1.169.419,71	1.066.099,71
448	Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corporadas	29.100,00		29.100,00	0,00
		3.811.675,01	1.213.071,96	2.598.603,05	2.330.210,33
Investimentos Financeiros					
411	Participações de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
412	Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00
413	Empréstimos de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por Conta de Invest. Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE

Contabilidade IPSS

Balanco

Ano 2009

Exercicios

2009

2008

Conta	Descrição	Activo Bruto	Amort./Provis.	Activo Líquido	Activo Líquido
CIRCULANTE					
Existencias					
36	Materias Primas, Subsidiarias e de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Produtos e Trabalhos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, Desperdicios, Residuos e Refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos Acabados e Intermedios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por Conta de Compras	0,00		0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
Dividas de Terceros- Curto Prazo					
111	Clientes c/c	127.362,56	0,00	127.362,56	56.551,97
2112	Clientes - Titulos a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00
2118	Clientes de Cobranca Duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
2121	Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
2128	Utentes de Cobranca Duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Fornecedores com Adiantamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Fornecedores com Adiantamentos de Imobilizado	0,00		0,00	0,00
24	Sector Publico Administrativo	169.775,17	0,00	169.775,17	207.215,24
262/8+221	Outros Devedores	359.444,33	0,00	359.444,33	3.373,83
		656.582,06	0,00	656.582,06	267.141,04
Titulos Negociaveis					
151	Acoes	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigacoes e Titulos de Participacao	2.334,48	0,00	2.334,48	2.335,35
153	Titulos da Divida Publica	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros Titulos	1.496,39	0,00	1.496,39	1.496,39
18	Outras Aplicacoes de Tesouraria	0,00		0,00	0,00
		3.830,87	0,00	3.830,87	3.831,74
Depositos Bancarios e Caixa					
12+13+14	Depositos Bancarios	0,00		0,00	30.940,97
11	Caixa	1.198,16		1.198,16	3.192,65
		1.198,16	0,00	1.198,16	34.133,62
DIFERIMENTOS					
271	Diferimentos de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
272	Despesas com Custo Diferido	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Amortizacoes			1.213.071,96		
Total de Provisoes			0,00		
Total do Activo		4.473.286,10	1.213.071,96	3.260.214,14	2.382.316,73

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE

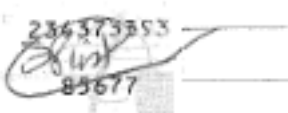
Contabilidade IPSS

Balço

Ano 2009

Exercícios



Conta	Descrição	2009	2008
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
Fundos Social, Reservas e resultados Transitados			
51	Fundo Social	535.491,33	535.491,33
55	Reservas de Reserva	210.462,51	0,00
56	Reservas Estatutárias	0,00	0,00
57	Reservas Especiais	0,00	0,00
59	Resultados Transitados	1.755.887,95	1.404.977,73
		2.501.841,79	1.940.469,06
88	Resultado Líquido do Exercício	142.661,42	350.910,22
89	0,00	0,00
	Total da Situação Líquida	2.644.503,21	2.291.379,28
29	Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00
		0,00	0,00
Dívidas A Terceiros- Curto Prazo			
231+12	Dívidas a Instituições de Crédito	92.202,69	0,00
236	Empréstimos dos Associados	0,00	0,00
269	Adiantamentos por Conta de Vendas	0,00	0,00
221	FORNECEDORES C/C	0,00	90.937,45
228	Fornecedores - Facturas em Recopagem e Conferencia	0,00	0,00
222	Fornecedores - Titulos a Pagar	0,00	0,00
225	Fornecedores com Cauções	0,00	0,00
2612	Fornecedores de Imobilizado - Titulos a Pagar	0,00	0,00
219	0,00	0,00
2119	Cientes com Adiantamentos	0,00	0,00
2129	Utentes com Adiantamentos	0,00	0,00
239	Outros Empréstimos Obtidos	0,00	0,00
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c	5.530,41	0,00
24	Sector Publico Administrativo	183.195,45	0,00
262	.111 Outros Credores	491,63	0,00
		281.420,18	90.937,45
Diferimentos			
273	Diferimentos de Despesas	0,00	0,00
274	Recitas Com Provento Diferido	334.290,75	0,00
		334.290,75	0,00
	Total do Passivo	615.710,93	90.937,45
	Total da Situação Líquida e do Passivo	3.260.214,14	2.382.316,73
			

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE



Demonstração dos Resultados Líquidos

Conta	Descrição	Exercício do Ano Corrente		Exercício do Ano Anterior	
		2009		2008	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das Merc. Vendidas e das Materias Consumidas		195.453,58		202.031,86
62	Fornecimentos e Servicos Externos		627.637,54		560.431,54
64	Custos com Pessoal				
641	Remuneracoes				
6411	Remuneracoes Certas	659.272,70		424.458,91	
6	Remuneracoes Adicionais	230.094,09		279.721,41	
	Encargos Sociais				
643	Formacao Profissional	1.524,82		3.177,79	
645	Encargos Sobre Remuneracoes	365.470,69		178.055,75	
646/8	Outros	17.729,18	1.274.091,48	10.299,22	895.713,08
66	Amortizacoes	113.743,46		61.747,29	
67	Provisoes	0,00	113.743,46	0,00	61.747,29
63	Impostos	400,47		0,00	
65	Beneficios Processa. e Outros Custos Operacionais				
651	Beneficios Processados	0,00		0,00	
652	Outros Custos Operacionais	7.015,58	7.416,05	2.777,50	2.777,50
	(A)		2.218.342,11		1.722.701,27
C + 684	Amorti. e Provis. de Aplicacoes e Inves. Financeiros	0,00		0,00	
681+685/9	Juros e Custos Assimilados	2.312,32	2.312,32	13.435,21	13.435,21
	(C)		2.220.654,43		1.736.136,48
69	Custos e Perdas Extnordinarios				
690	Accoes de Formacao Financiadas pelo F.S.E.	0,00		0,00	
691/8	Outros	41.378,78	41.378,78	2.153,58	2.153,58
	(E)		2.262.033,21		1.738.290,06
88	Resultado Liquido do Exercicio		142.661,42		350.910,22
			2.404.694,63		2.089.200,28

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE

Contabilidade IPSS

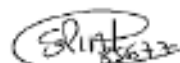
Demonstração dos Resultados Líquidos

Conta	Descrição	Exercício do Ano Corrente		Exercício do Ano Anterior	
		2009		2008	
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas	27.424,55		18.190,25	
72	Prestações de Serviços	892.387,77	919.812,32	981.281,69	999.471,94
	Variação na Produção		0,00		0,00
75	Trabalhos para a Própria Instituição				
758	Para Auto Consumos	0,00		0,00	
751/7	Outros	0,00		0,00	
73	Proveitos Suplementares	50.180,99		18.660,34	
74	Comparticipações e Subsídios a Exploração				
7	Do Sector Público Administrativo				
7411	Centro Regional de Segurança Social	744.226,84		635.549,14	
7412	0,00		0,00	
7413	0,00		0,00	
7414/8	De Outros	64.897,13		0,00	
742/8	De Outras Entidades	170.063,75		77.047,77	
76	Outros Proveitos Operacionais	77.645,84	1.107.014,55	38.638,57	769.895,82
	(B)		2.026.826,87		1.769.367,76
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		2.217,94		18.315,56
	(D)		2.029.044,81		1.787.683,32
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários				
790	Ações de Formação Financiadas pelo F.S.E.	0,00		0,00	
7 9	Outros	375.649,82	375.649,82	301.516,96	301.516,96
	(F)		2.404.694,63		2.089.200,28
RESUMO					
	Resultados Operacionais : (B) - (A)		-191.515,24		46.666,49
	Resultados Financeiros : (D - B) - (C - A)		-94,38		4.880,35
	Resultados Correntes : (D)-(C)		-191.609,62		51.546,84
	Resultados Líquidos do Exercício : (F)- (E)		142.661,42		350.910,22

234373593
85677

Anexo 2: Balanço e Demonstração de resultados do ano de 2010

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE



Contabilidade IPSS

Balço

Ano 2010		Exercícios		2010		2009	
Conta	Descrição	Activo Bruto	Amort./Provis.	Activo Líquido	Activo Líquido		
ACTIVO							
IMOBILIZADO							
Imobilizações Incorpóreas							
431	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
434	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441/6	Imobilizações em Curso	0,00		0,00		0,00	0,00
449	Adiantamentos por Conta de Imobil. Incorpóreas	0,00		0,00		0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas							
421	Terras e Recursos Naturais	48.444,67	0,00	48.444,67		48.444,67	48.444,67
422	Edifícios e Outras Construções	1.050.018,78	334.747,30	715.271,48		561.862,92	611.379,00
423	Equipamento Básico	1.583.514,07	806.768,27	776.745,80		611.379,00	611.379,00
424	Equipamento de Transporte	306.845,41	164.103,53	142.741,88		140.976,38	140.976,38
425	Ferramentas e Utensílios	16.609,65	852,14	15.757,52		13.201,09	13.201,09
426	Equipamento Administrativo	63.509,95	41.816,59	21.693,36		22.493,45	22.493,45
427	Texas e Vasilhame	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
428	Animais Produtivos, de Trabalho e de Reprodução	1.725,83	0,00	1.725,83		1.725,83	1.725,83
429	Outras Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
441/6	Imobilizações em Curso	1.441.777,15		1.441.777,15		1.169.419,71	1.169.419,71
448	Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00		0,00		29.100,00	29.100,00
		4.512.445,52	1.348.287,83	3.164.157,69		2.398.603,05	2.398.603,05
Investimentos Financeiros							
411	Participações de Capital	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
412	Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
413	Empréstimos de Financiamento	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
414	Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
415	Outros Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
447	Adiantamentos por Conta de Invest. Financeiros	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE


 Contabilidade IPSS

Balço

Ano	2010	Exercícios	2010	2009
Conta	Descrição	Activo Bruto	Amort./Provis.	Activo Líquido
	CIRCULANTE			
	Existências			
36	Materias Primas, Subsidiarias e de Consumo	0,00	0,00	0,00
35	Produtos e Trabalhos em Curso	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, Desperdicios, Residuos e Refugos	0,00	0,00	0,00
33	Produtos Acabados e Intermedios	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por Conta de Compras	0,00		0,00
		0,00	0,00	0,00
	Dívidas de Terceiros- Curto Prazo			
3111	Clientes c/c	151.024,78	0,00	151.024,78
2112	Clientes - Titulos a Receber	0,00	0,00	0,00
2118	Clientes de Cobranca Duvidosa	0,00	0,00	0,00
2121	Utentes c/c	0,00	0,00	0,00
2128	Utentes de Cobranca Duvidosa	0,00	0,00	0,00
229	Fornecedores com Adiantamentos	0,00	0,00	0,00
2619	Fornecedores com Adiantamentos de Imobilizado	0,00		0,00
24	Sector Publico Administrativo	0,00	0,00	169.775,17
262/8+221	Outros Devedores	577.036,18	0,00	577.036,18
		728.060,96	0,00	728.060,96
	Titulos Negociaveis			
151	Acoes	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e Titulos de Participação	2.334,48	0,00	2.334,48
153	Titulos da Dívida Publica	0,00	0,00	0,00
159	Outros Titulos	1.496,39	0,00	1.496,39
18	Outras Aplicações de Tesouraria	0,00		0,00
		3.830,87	0,00	3.830,87
	Depositos Bancarios e Caixa			
12+13+14	Depositos Bancarios	27.093,94		27.093,94
11	Caixa	26.589,37		1.198,16
		53.683,31	0,00	53.683,31
	DIFERIMENTOS			
271	Diferimentos de Receitas	0,00	0,00	0,00
272	Despesas com Custo Diferido	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
	Total de Amortizações		1.348.287,83	
	Total de Provisões		0,00	
	Total do Activo	5.298.020,66	1.348.287,83	3.949.732,83
				3.260.214,14

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE

Contabilidade IPSS

Balço

Ano 2010

Exercícios

Conta	Descrição	2010	2009
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
Fundo Social, Reservas e resultados Transitados			
51	Fundo Social	745.953,84	535.491,33
55	Reservas de Reavaliação	0,00	210.462,51
56	Reservas Estatutárias	0,00	0,00
57	Reservas Especiais	0,00	0,00
59	Resultados Transitados	1.898.549,37	1.755.887,95
		2.644.503,21	2.501.841,79
88	Resultado Líquido do Exercício	14.519,84	142.661,42
89	0,00	0,00
	Total da Situação Líquida	2.659.023,05	2.644.503,21
29	Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00
		0,00	0,00
Dívidas a Terceiros- Curto Prazo			
231+12	Dívidas a Instituições de Crédito	51.136,55	92.202,69
236	Empréstimos dos Associados	0,00	0,00
269	Adiantamentos por Conta de Vendas	0,00	0,00
221	FORNECEDORES C/C	192.191,04	0,00
228	Fornecedores - Facturas em Receção e Conferencia	0,00	0,00
222	Fornecedores - Títulos a Pagar	0,00	0,00
225	Fornecedores com Cauções	0,00	0,00
2612	Fornecedores de Imobilizado - Títulos a Pagar	0,00	0,00
219	0,00	0,00
2119	Clientes com Adiantamentos	0,00	0,00
2129	Urbentes com Adiantamentos	0,00	0,00
239	Outros Empréstimos Obtidos	205.472,06	0,00
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c	231.631,62	5.530,41
24	Sector Publico Administrativo	23.296,24	183.195,45
2111	Outros Credores	845,50	491,63
		704.573,01	281.420,18
Diferimentos			
273	Diferimentos de Despesas	0,00	0,00
274	Receitas Com Provento Diferido	586.136,77	334.290,75
		586.136,77	334.290,75
	Total do Passivo	1.290.709,78	615.710,93
	Total da Situação Líquida e do Passivo	3.949.732,83	3.260.214,14



 António Manuel Lopes

234373393



 85677

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE


 Contabilidade IPSS

Demonstração dos Resultados Líquidos

Conta	Descrição	Exercício do Ano Corrente		Exercício do Ano Anterior	
		2010		2009	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das Merc. Vendidas e das Materias Consumidas		166.697,06		195.453,58
62	Fornecimentos e Serviços Externos		623.172,18		627.637,54
64	Custos com Pessoal				
641	Remuneracoes				
6411	Remuneracoes Certas	881.786,83		659.272,70	
6412	Remuneracoes Adicionais	95.015,64		230.094,09	
642	Encargos Sociais				
643	Formacao Profissional	16.906,36		1.524,82	
645	Encargos Sobre Remuneracoes	167.031,07		365.470,69	
646/8	Outros	10.551,40	1.171.291,30	17.729,18	1.274.091,48
66	Amortizacoes	137.896,15		113.743,46	
67	Provisoes	0,00	137.896,15	0,00	113.743,46
63	Impostos	1.875,63		400,47	
65	Beneficios Processa. e Outros Custos Operacionais				
651	Beneficios Processados	0,00		0,00	
652	Outros Custos Operacionais	5.045,66	6.921,29	7.015,58	7.416,05
(A)			2.105.977,98		2.218.342,11
+ 684	Amorti. e Provis. de Aplicacoes e Inves. Financeiros	0,00		0,00	
+685/9	Juros e Custas Assimilados	10.935,05	10.935,05	2.312,32	2.312,32
(C)			2.116.913,03		2.220.654,43
69	Custos e Perdas Extraordinarios				
690	Acoes de Fontacao Financiadas pelo F.S.E.	24.003,33		0,00	
691/8	Outros	43.604,69	67.608,02	41.378,78	41.378,78
(E)			2.184.521,05		2.262.033,21
88	Resultado Liquido do Exercicio		14.519,84		142.661,42
			2.199.040,89		2.404.694,63

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE

Contabilidade IPSS

Demonstração dos Resultados Líquidos

Conta	Descrição	Exercício do Ano Corrente		Exercício do Ano Anterior	
		2010		2009	
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas	26.658,65		27.424,55	
72	Prestações de Serviços	1.069.153,57	1.095.812,22	892.387,77	919.812,32
	Variação na Produção		0,00		0,00
75	Trabalhos para a Própria Instituição				
758	Para Auto Consumos	0,00		0,00	
751/7	Outros	0,00		0,00	
73	Proveitos Suplementares	3.742,87		50.180,99	
74	Comparticipações e Subsídios a Exploração				
741	Do Sector Público Administrativo				
7411	Centro Regional de Segurança Social	679.304,91		744.226,84	
7412	0,00		0,00	
7413	0,00		0,00	
7414/8	De Outros	10.500,00		64.897,13	
742/8	De Outras Entidades	198.854,21		170.063,75	
76	Outros Proveitos Operacionais	1.861,00	894.262,99	77.645,84	1.107.014,55
	(B)		1.990.075,21		2.026.826,87
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		3.154,99		2.217,94
	(D)		1.993.230,20		2.029.044,81
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários				
790	Ações de Formação Financiadas pelo F.S.E.	14.269,74		0,00	
799	Outros	191.540,95	205.810,69	375.649,82	375.649,82
	(F)		2.199.040,89		2.404.694,63
RESUMO					
	Resultados Operacionais : (B) - (A)		-115.902,77		-191.515,24
	Resultados Financeiros : (D - B) - (C - A)		-7.780,06		-94,38
	Resultados Correntes : (D)-(C)		-123.682,83		-191.609,62
	Resultados Líquidos do Exercício : (F)-(E)		14.519,84		142.661,42


 José António Correia

 José António Correia


 António José

Anexo 3: Balanço e Demonstração de resultados do ano de 2011

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE

Contabilidade IPSS

Balança

Ano 2011		Exercícios 2011		2010	
Conta	Descrição	Activo Bruto	Amort./Provis.	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO					
IMOBILIZADO					
Imobilizações Incorporadas					
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	0,00	0,00	0,00	0,00
433	0,00	0,00	0,00	0,00
434	0,00	0,00	0,00	0,00
441/6	Imobilizações em Curso	0,00		0,00	0,00
449	Adiantamentos por Conta de Imobili. Incorporadas	0,00		0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corporadas					
421	Terras e Recursos Naturais	48.444,67	0,00	48.444,67	48.444,67
422	Edifícios e Outras Construções	1.191.905,69	348.683,15	843.222,54	715.271,48
423	Equipamento Básico	1.755.614,32	948.279,66	807.334,66	776.745,80
424	Equipamento de Transporte	306.845,41	187.710,60	119.134,81	142.741,88
425	Ferramentas e Utensílios	16.609,66	1.704,28	14.905,38	15.757,52
426	Equipamento Administrativo	67.489,00	49.100,31	18.388,69	21.693,36
427	Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
428	Animais Produtivos, de Trabalho e de Reprodução	1.725,83	0,00	1.725,83	1.725,83
429	Outras Imobilizações Corporadas	0,00	0,00	0,00	0,00
441/6	Imobilizações em Curso	1.943.564,85		1.943.564,85	1.441.777,15
448	Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corporadas	0,00		0,00	0,00
		5.332.199,43	1.535.478,00	3.796.721,43	3.164.157,69
Investimentos Financeiros					
411	Participações de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
412	Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00
413	Empréstimos de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por Conta de Invest. Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE


 Contabilidade IPSS

Balço

Ano 2011		Exercícios		2011		2010	
Conta	Descrição	Activo Bruto	Amort./Provis.	Activo Líquido	Activo Líquido		
CIRCULANTE							
Existências							
36	Materias Primas, Subsidiarias e de Consumo	35.236,69	0,00	35.236,69			0,00
35	Produtos e Trabalhos em Curso	0,00	0,00	0,00			0,00
34	Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00	0,00			0,00
33	Produtos Acabados e Intermedios	0,00	0,00	0,00			0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00			0,00
37	Adiantamentos por Conta de Compras	0,00		0,00			0,00
		35.236,69	0,00	35.236,69			0,00
		0,00	0,00	0,00			0,00
Dividas de Terceiros- Curto Prazo							
2111	Clientes c/c	125.610,82	0,00	125.610,82			151.024,78
2112	Clientes - Titulos a Receber	27,00	0,00	27,00			0,00
2118	Clientes de Cobranca Duvidosa	0,00	0,00	0,00			0,00
2121	Utentes c/c	0,00	0,00	0,00			0,00
2128	Utentes de Cobranca Duvidosa	0,00	0,00	0,00			0,00
229	Fornecedores com Adiantamentos	0,00	0,00	0,00			0,00
2619	Fornecedores com Adiantamentos de Imobilizado	0,00		0,00			0,00
24	Sector Publico Administrativo	0,00	0,00	0,00			0,00
262/8+221	Outros Devedores	226.644,30	0,00	226.644,30			577.036,18
		352.282,12	0,00	352.282,12			728.060,96
Titulos Negociaveis							
151	Accoes	0,00	0,00	0,00			0,00
152	Obrigaçoes e Titulos de Participaçao	0,00	0,00	0,00			2.334,48
153	Titulos da Divida Publica	0,00	0,00	0,00			0,00
159	Outros Titulos	0,00	0,00	0,00			1.496,39
18	Outras Aplicaçoes de Tesouraria	0,00		0,00			0,00
		0,00	0,00	0,00			3.830,87
Depositos Bancarios e Caixa							
12+13+14	Depositos Bancarios	101,86		101,86			27.093,94
11	Caixa	3.798,14		3.798,14			26.589,37
		3.900,00	0,00	3.900,00			53.683,31
DIFERIMENTOS							
271	Diferimentos de Receitas	0,00	0,00	0,00			0,00
272	Despesas com Custo Diferido	0,00	0,00	0,00			0,00
		0,00	0,00	0,00			0,00
Total de Amortizaçoes			1.535.478,00				
Total de Provisoes			0,00				
Total do Activo		5.723.618,24	1.535.478,00	4.188.140,24			3.949.732,83

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE



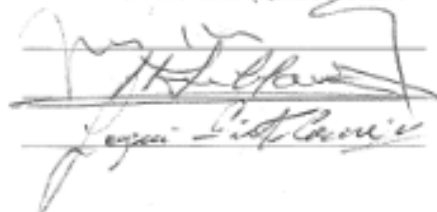
Contabilidade IPSS

Balanco

Ano 2011

Exercicios

Conta	Descrição	2011	2010
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
Fundo Social, Reservas e resultados Transítidos			
51	Fundo Social	2.659.023,05 ✓	745.953,84
55	Reservas de Reavaliacao	0,00	0,00
56	Reservas Estatutarias	0,00	0,00
57	Reservas Especiais	0,00	0,00
59	Resultados Transítidos	0,00	1.898.549,37
		2.659.023,05 ✓	2.644.503,21
88	Resultado Líquido do Exercício	-13.957,05 *	14.519,84
89	0,00	0,00
	Total da Situação Líquida	2.645.066,00	2.659.023,05
29	Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00
		0,00	0,00
Dívidas A Terceiros- Curto Prazo			
231+12	Dívidas a Instituições de Crédito	80.915,20	51.136,55
236	Empréstimos dos Associados	0,00	0,00
269	Adiantamentos por Conta de Vendas	0,00	0,00
221	FORNECEDORES C/C	167.305,82 ✓	192.191,04
228	Fornecedores - Facturas em Recepcão e Conferencia	0,00	0,00
222	Fornecedores - Titulos a Pagar	0,00	0,00
225	Fornecedores com Causcos	0,00	0,00
2612	Fornecedores de Imobilizado - Titulos a Pagar	0,00	0,00
219	0,00	0,00
2119	Clientes com Adiantamentos	0,00	0,00
2129	Utentes com Adiantamentos	0,00	0,00
239	Outros Empréstimos Obtidos	399.285,48 ✓	205.472,06
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c	631.092,42 ✓	231.631,62
24	Sector Público Administrativo	25.795,71 ✓	23.296,24
8+2111	Outros Credores	3.466,05 ✓	845,50
		1.307.860,68	704.573,01
Diferimentos			
273	Diferimentos de Despesas	0,00	0,00
274	Receitas Com Provento Diferido	235.213,56	586.136,77
		235.213,56	586.136,77
	Total do Passivo	1.543.074,24	1.290.709,78
	Total da Situação Líquida e do Passivo	4.188.140,24	3.949.732,83



IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE



Contabilidade IPSS

Demonstração dos Resultados Líquidos

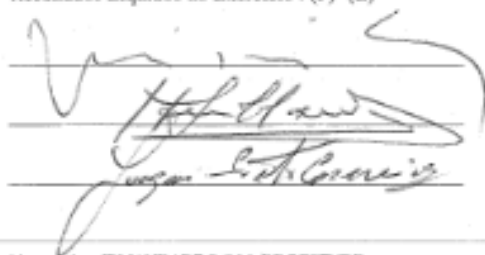
Conta	Descrição	Exercício do Ano Corrente		Exercício do Ano Anterior	
		2011		2010	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das Merc. Vendidas e das Materias Consumidas		181.758,36		166.697,06
62	Fornecimentos e Servicos Externos		642.046,66		623.172,18
64	Custos com Pessoal				
641	Remuneracoes				
6411	Remuneracoes Certas	924.830,49		881.786,83	
6412	Remuneracoes Adicionais	102.885,40		95.015,64	
	Encargos Sociais				
643	Formacao Profissional	128,00		16.906,36	
645	Encargos Sobre Remuneracoes	175.231,65		167.031,07	
646/8	Outros	14.992,31	1.218.067,85	10.551,40	1.171.291,30
66	Amortizacoes	187.190,17		137.896,15	
67	Provisoes	0,00	187.190,17	0,00	137.896,15
63	Impostos	623,22		1.875,63	
65	Beneficios Processa. e Outros Custos Operacionais				
651	Beneficios Processados	628,83		0,00	
652	Outros Custos Operacionais	9.138,28	10.390,33	5.045,66	6.921,29
(A)			2.239.453,37		2.105.977,98
83 + 684	Amorti. e Provis. de Aplicacoes e Inves. Financeiros	0,00		0,00	
81+685/9	Juros e Custos Assimilados	26.979,89	26.979,89	10.935,05	10.935,05
(C)			2.266.433,26		2.116.913,03
69	Custos e Perdas Extraordinarios				
690	Acoes de Formacao Financiadas pelo F.S.E.	24.750,24		24.003,33	
691/8	Outros	227.415,07	252.165,31	43.604,69	67.608,02
(E)			2.518.598,57		2.184.521,05
88	Resultado Liquido do Exercicio		-13.957,05		14.519,84
			2.504.641,52		2.199.040,89

IRMANDADE S.C.M. DE RESENDE


 Contabilidade IPSS

Demonstração dos Resultados Líquidos

Conta	Descrição	Exercício do Ano Corrente		Exercício do Ano Anterior	
		2011		2010	
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas	26.010,73		26.658,65	
72	Prestações de Serviços	1.014.703,28	1.040.714,01	1.069.153,57	1.095.812,22
	Varição na Produção		0,00		0,00
75	Trabalhos para a Própria Instituição				
758	Para Auto Consumos	0,00		0,00	
751/7	Outros	0,00		0,00	
73	Proveitos Suplementares	7.298,35		3.742,87	
74	Comparticipações e Subsídios a Exploração				
741	Do Sector Público Administrativo				
7411	Centro Regional de Segurança Social	669.477,31		679.304,91	
7412	0,00		0,00	
7413	0,00		0,00	
7414/8	De Outros	7.938,40		10.500,00	
742/8	De Outras Entidades	266.927,09		198.854,21	
76	Outros Proveitos Operacionais	1.346,00	952.987,15	1.861,00	894.262,99
	(B)		1.993.701,16		1.990.075,21
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		11.237,64		3.154,99
	(D)		2.004.938,80		1.993.230,20
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários				
790	Ações de Formação Financiadas pelo F.S.E.	0,00		14.269,74	
791/9	Outros	499.702,72	499.702,72	191.540,95	205.810,69
	(F)		2.504.641,52		2.199.040,89
RESUMO					
	Resultados Operacionais : (B) - (A)		-245.752,21		-115.902,77
	Resultados Financeiros : (D - B) - (C - A)		-15.742,25		-7.780,06
	Resultados Correntes : (D)-(C)		-261.494,46		-123.682,83
	Resultados Líquidos do Exercício : (F)- (E)		-13.957,05		14.519,84



 234373393
 Sónia Cândida Pereira Pinto
 85677

Anexo 4: Balanço e Demonstração de resultados do ano de 2012

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RESENDE

TSR - Contabilidade ESNL

Balanco

Balanco em 31 de Dezembro de 2012

LIVIDADE MONETÁRIA (2)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2012	31 Dez 2011	Variação
		0,00	0,00	0,00%
ATIVO				
Ativo		0,00	0,00	0,00%
Ativo não corrente		0,00	0,00	0,00%
Ativos fixos tangíveis	1.2.1	3.736.100,11	3.796.721,43	-1,60%
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00	0,00%
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Fundadores/Benefícios/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
		3.736.100,11	3.796.721,43	-1,60%
Ativo corrente		0,00	0,00	0,00%
Inventários		15.294,63	35.236,69	-56,59%
Cientes	1.3	54.107,69	125.637,82	-56,53%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		2.115,68	0,00	0,00%
Fundadores/Benefícios/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber	1.4	140.744,09	226.644,30	-37,90%
Diferimentos		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Cabe e depósitos bancários	1.5	15.475,56	7.994,27	93,58%
		227.737,65	395.513,08	-42,42%
Total do Ativo		3.963.837,76	4.192.234,51	-5,45%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais		0,00	0,00	0,00%
Fundos		2.659.023,05	2.659.023,05	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		0,00	0,00	0,00%
Resultados transitados		-13.957,05	0,00	0,00%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.6	113.854,15	171.115,43	-33,46%
Resultado líquido do período		250.645,49	-13.957,05	1.895,81%
Total do fundo de capital		3.009.565,64	2.816.181,43	6,87%
Passivo		0,00	0,00	0,00%
Passivo não corrente		0,00	0,00	0,00%
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00%
Passivo corrente		0,00	0,00	0,00%

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RESENDE

TSR - Contabilidade ESNL

Balço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação
		31 Dez 2012	31 Dez 2011	
Fornecedores	1.7	133.725,36	167.305,82	-20,07%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	1.8	59.900,00	25.795,71	132,21%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		374.283,88	484.294,95	-22,72%
Diferimentos	1.10	97.241,91	64.098,13	51,71%
Outras contas a pagar	1.9	289.120,94	634.558,47	-54,44%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		954.272,12	1.376.053,08	-30,65%
Total do Passivo		954.272,12	1.376.053,08	-30,65%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		3.963.837,76	4.192.234,51	-5,45%

(1) - Euro

A Técnica Oficial de Contas
 Sonia Cândida Fonseca Pinto
 TCC n.º 85677


A Mesa Administrativa


Demonstração dos Resultados por Naturezas

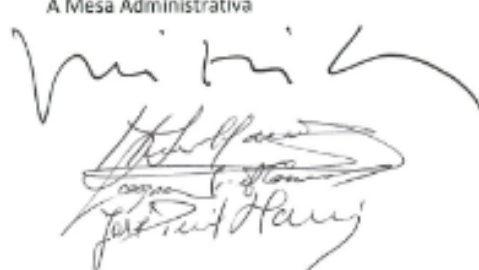
Período findo em 31 de Dezembro de 2012

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2012	2011	
Vendas e serviços prestados		1.064.338,77	1.042.060,01	2,14%
Subsídios, doações e legados à exploração	1.11	931.331,81	944.342,80	-1,38%
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-215.563,85	-181.758,36	-18,10%
Fornecimentos e serviços externos	1.12	-496.983,29	-650.579,13	23,61%
Gastos com o pessoal	1.13	-1.358.212,34	-1.218.067,85	-11,51%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	3.339,60	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	1.14	661.262,15	513.903,25	28,67%
Outros gastos e perdas	1.15	-113.009,86	-262.555,64	56,96%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		473.163,39	190.684,68	148,14%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-199.165,07	-187.190,17	-6,40%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		273.998,32	3.494,51	7.740,82%
Juros e rendimentos similares obtidos		3,71	995,86	-99,63%
Juros e gastos similares suportados	1.16	-23.356,54	-18.447,42	-26,61%
Resultados antes de impostos		250.645,49	-13.957,05	1.895,83%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		250.645,49	-13.957,05	1.895,83%

(1) - Euro

A Técnica Oficial de Contas
 Sónia Carolina Fonseca Pinto
 TCC nº 85677


A Mesa Administrativa


Demonstração dos Resultados por Funções

Período findo em 31 de Dezembro de 2012


UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2012	2011	
Vendas e serviços prestados		1.064.338,77	1.042.060,01	2,14%
Custo das vendas e dos serviços prestados		-1.573.776,19	-1.399.826,21	-12,43%
Resultado bruto		-509.437,42	-357.766,20	-42,39%
Outros Rendimentos		1.592.597,67	1.462.581,51	8,89%
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00%
Gastos administrativos		-682.815,13	-838.136,14	18,53%
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00%
Outros gastos		-126.343,09	-262.188,80	51,81%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		274.002,03	4.490,37	6.001,99%
Gastos de financiamento		-23.356,54	-18.447,42	-26,61%
Resultados antes de impostos		250.645,49	-13.957,05	1.895,83%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		250.645,49	-13.957,05	1.895,83%

(1) - Euro

A Técnica Oficial de Contas

Sónia Cândida Fonseca Pinto
TCC nº 85677



A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures]

Anexo 5: Autorização para realização do estudo

PARA: Exmo. Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Resende



ASSUNTO: Pedido de autorização para realização de estudo na Instituição

Exmo. Sr. Provedor,

Eu, António Alberto Dias Pereira, aluno do Mestrado em Gestão de Unidades de Saúde da Universidade da Beira Interior, venho por este meio solicitar a V. Exa. autorização para realizar o estudo, no âmbito da minha Dissertação de Mestrado, subordinado ao tema "A importância da análise financeira nas Instituições sem fins lucrativos: Um caso prático", na Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Resende, com base nos relatórios de gestão dos últimos 5 anos da Instituição.

Legitimado
Clínica Hospital
2012/10/24

Com os melhores cumprimentos,

O Aluno

António Alberto Dias Pereira

António Alberto Dias Pereira

A Orientadora

Zélia Serrasqueiro

Prof. Doutora Zélia Serrasqueiro

ENTRADA

23 OUT 2012

*Remeto à Direção de Serviços Administrativos -
financeiros, Dr. Sérgio Pinto*

25/10/2012

Zélia Serrasqueiro